

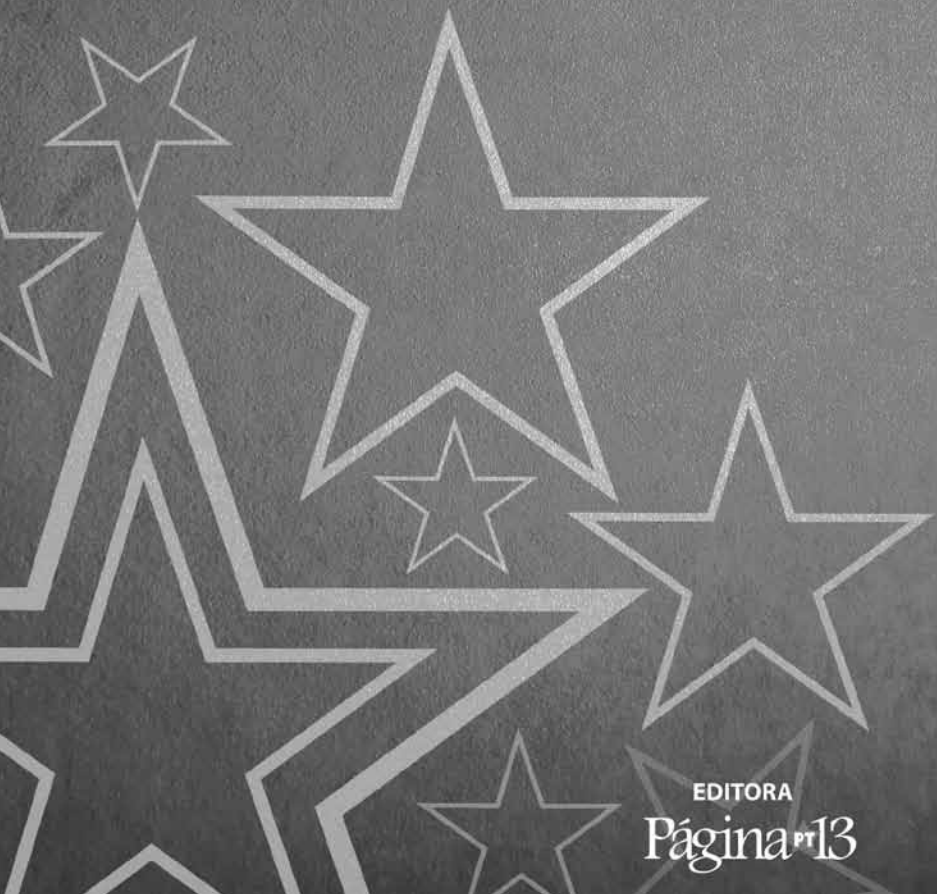
RESOLUÇÕES DO CONGRESSO DA AE

BRASÍLIA, JULHO DE 2011

Vol. 1 - NOSSOS DESAFIOS

Vol. 2 - **CONJUNTURA, TÁTICA E ESTRATÉGIA**

Vol. 3 - AE: HISTÓRIA E FUNCIONAMENTO



EDITORA

Página 13

RESOLUÇÕES DO CONGRESSO DA AE

CONJUNTURA, TÁTICA E ESTRATÉGIA

Versão editada das resoluções aprovadas em julho de 2011, pelo Congresso Nacional da Articulação de Esquerda, tendência do Partido dos Trabalhadores. A íntegra das resoluções está disponível no www.pagina13.org.br

Página  13

BRASÍLIA, JULHO DE 2011

Coordenação editorial

Valter Pomar

Revisão

Lício Lobo, Renam Brandão e Rosana Ramos

Capa e diagramação

Cláudio Gonzalez

DIREÇÃO NACIONAL DA AE

Adilson Nascimento dos Santos (MS), Adriana Miranda (DF), Adriano Oliveira (RS), Ana Affonso (RS), Ana Lúcia (SE), Ana Rita (ES), Beto Aguiar (RS), Bruno Elias (DF), Carita Rosa das Chagas (PA), Damarci Olivi (MS), Denize Silva de Oliveira (MS), Denise Cerqueira Vieira (TO), Dionilso Marcon (RS), Edma Walker (SP), Eduardo Loureiro (GO), Emílio Font (ES), Expedito Solaney (PE), Fabiana Malheiros (ES), Fabiana Rocha (ES), 20. José Gilderlei (RN), Iole Iliada (SP), Iriny Lopes (ES), Isaias Dias (SP), Jandyra Uehara (SP), Janeth Anne de Almeida (SC), Jairo Rocha (MT), Joel Almeida (SE), Laudicéia Schuaba (ES), Leyse Souza Cruz (ES), Lício Lobo (SP), Lúcia [Maria Barroso Vieira] (SE), Marcel Frison (RS), Marcelo Mascarenha (PI), Mario Candido (PR), Múcio Magalhães (PE), Olavo Carneiro (RJ), Pere Petit (PA), Raquel de Oliveira (PE), Rosana Ramos (DF), Rafael Pops (DF), Regiane Cerminaro (SP), Rubens Alves (MS), Sílvia de Lemos Vasques (RS), Sonia Hypólito (DF), Valter Pomar (SP).

Editora

Página 13

1ª edição: setembro de 2011

A integra das resoluções está disponível no endereço eletrônico: www.pagina13.org.br

ÍNDICE

- 8** Mundo e América Latina
- 15** América Latina e Caribe
- 20** A situação geral do Brasil
- 25** As classes sociais no Brasil
- 29** O Estado brasileiro
- 33** A disputa estratégica entre três grandes correntes políticas
- 37** Desafios estratégicos do PT
 - 37** *Neoliberalismo*
 - 38** *Nacionalismo*
 - 39** *Social-democracia*
 - 40** *Socialismo*
 - 42** *Desenvolvimentismo*
 - 44** *Mobilização, eleição e alteração na correlação de forças*
- 49** Conjuntura e tática

- 53** Democratizar a mídia
- 58** Reforma política
- 61** A reforma tributária
- 62** Os desafios do governo Dilma
- 79** Um balanço dos primeiros seis meses



Durante os últimos 18 anos, a Articulação de Esquerda vem construindo um balanço da luta pelo socialismo no século XX, uma análise do capitalismo dos séculos XX e XXI, assim como uma visão sobre a estratégia de luta pelo socialismo no século XXI.

Nossa elaboração a respeito está consolidada nas resoluções aprovadas em seis seminários nacionais e onze conferências nacionais. Esta documentação foi reunida em quatro livros (*Socialismo ou Barbárie; Novos rumos para o governo Lula; Abrir uma nova época na história do Brasil; Resoluções da décima conferência nacional da Articulação de Esquerda*); em 99 edições do jornal *Página 13*; e nos textos e posições adotados por nossas direções municipais, estaduais, setoriais e nacional, documentação que está parcialmente disponível na página eletrônica www.pagina13.org.br

Como já foi dito antes, nosso problema reside em construir uma estratégia socialista, nos marcos de uma situação política não revolucionária, em que uma esquerda majoritariamente reformista está dirigindo parte do aparelho de Estado.

Por isto, este capítulo sobre estratégia e programa começa analisando as tendências econômicas, sociais e políticas, internacionais e nacionais, num horizonte de alguns anos, considerando o ano de 2014 como um ponto chave no processo de desenvolvimento econômico, social e político do Brasil.

Mundo e América Latina

As tendências internacionais sempre atuam, em maior ou menor grau, sobre as tendências nacionais, em particular quando elas são influenciadas por crises, como a iniciada em 2008, em que o mundo sofreu um verdadeiro terremoto financeiro, com desdobramentos na economia, tendo como fulcro principal os Estados Unidos e como área crítica secundária a Europa.

Embora haja muita polêmica a respeito, nos parece que este terremoto financeiro é expressão de uma clássica crise de reprodução do capital, com seus componentes de superprodução de mercadorias e repercussões na esfera financeira.

A crise teve sua expressão mais visível na quebra de grandes bancos, espalhando-se depois, de forma desigual, por diferentes setores da economia desses países. Estima-se que mais de 17 trilhões de dólares viraram pó durante os anos que se seguiram.

Os governos dos países desenvolvidos viram-se na contingência de interferir fortemente na economia, ao contrário do discurso neoliberal e liberal de que o mercado seria capaz, por si próprio, de resolver os problemas existentes. Alguns trilhões de dólares de dinheiro público foram direcionados para salvar instituições financeiras e algumas corporações industriais que haviam investido pesadamente na especulação financeira. Mas, diferentemente da grande crise de 1929, tais governos não investiram praticamente nada na criação de empregos e na recomposição do poder de compra da população.

Essa política de enfrentamento da crise dos países desenvolvidos está fazendo com que ela se arraste indefinidamente, com seguidas erupções de bancarrota de empresas e países. Entre meados de 2010 e início de 2011 entraram nessa rota países como a Irlanda, Islândia, Grécia, Espanha e Portugal. As perspectivas de crescimento dos Estados Unidos, Alemanha, França, Inglaterra e Japão continuam incertas ou mesmo negativas.

Paralelamente, os Estados Unidos decidiram emitir mais de 700 bilhões de dólares, com o objetivo de desvalorizar sua moeda, elevar a competitividade dos produtos norte-americanos, retomar um crescimento sustentável e reduzir as taxas de desemprego, criando desequilíbrios diversos no mercado internacional e criando o ambiente para potenciais guerras comerciais.

Por outro lado, embora a crise dos países centrais tenha afetado a maior parte dos países do mundo, assim como os diferentes setores econômicos, parte dos países em desenvolvimento saiu com relativa rapidez da crise e retomou seu curso de desenvolvimento. Isso é particularmente verdadeiro para a China, Brasil, Índia, África do Sul e para vários outros países da Ásia, África e América Latina.

Essa disparidade frente à crise pode ter, pelo menos, um duplo significado. Por um lado, as economias desses países, antes periféricos, já não dependem dos países centrais na forma absoluta em que dependiam antes. Por outro, a emergência econômica e social relativamente autônoma desses países pode ter contribuído para a crise dos países centrais. Primeiro, na medida em que os países centrais já não conse-

guem efetuar as taxas tradicionais de sobre-lucros elevados no comércio com os países em desenvolvimento e atrasados. Segundo, na medida em que tais países se tornam economicamente competidores em relação aos países centrais. E, finalmente, na medida em que estes não conseguem manter sua reprodução ampliada.

No entanto, ao contrário do que alguns supõem, a profundidade da crise não implica em que esta seja uma crise terminal do capitalismo. Do ponto de vista macro-econômico, trata-se apenas de mais uma crise de seu processo desigual de desenvolvimento global.

A esmagadora maioria dos países do mundo, inclusive os países em desenvolvimento e os atrasados, tem o modo capitalista de produção como predominante. Mesmo os países socialistas se viram obrigados, para desenvolver suas forças produtivas, a adotar as chamadas economias de mercado, nas quais empresas capitalistas participam ativamente, tanto em cooperação, quanto em competição com empresas estatais e empresas cooperativas.

Nessas condições, da mesma forma que, após duas guerras mundiais, os capitalismo do império inglês e do império francês foram reduzidos às suas dimensões atuais pela expansão dos capitalismo norte-americano, alemão e japonês; os capitalismo atuais tendem a se confrontar com uma série de novos países, onde o modo de produção do capital é predominante ou neles tem presença ativa.

Assim, pensando em termos globais, o modo de produção capitalista, ao se expandir pelo mundo, demonstra que se-

gue tendo certa capacidade de desenvolver as forças produtivas sociais. Que este desenvolvimento seja incompleto e se dê através de crises profundas revela o caráter contraditório deste modo de produção; e demonstra a necessidade dele ser superado, através da ação política das classes trabalhadoras.

Um dos grandes problemas decorrentes do declínio relativo da capacidade de reprodução do modo capitalista nos países desenvolvidos, em contraste com a ascensão relativa da capacidade de reprodução do modo capitalista numa série considerável de outros países, inclusive alguns que há pouco tempo eram considerados “inviáveis”, consiste em detectar se os países capitalistas desenvolvidos farão uso de seu tradicional método de envolver regiões, ou todo o globo, em guerras capazes de reativar sua economia, primeiro através da indústria bélica e, depois, através de outros ramos industriais.

As vantagens micro-econômicas e macro-econômicas das guerras são cada vez mais contraditórias. Os armamentos empregam parcelas relativamente pequenas da força de trabalho e representam um peso cada vez mais insuportável nas finanças dos países que apelam para os meios militares. As guerras do Afeganistão e do Iraque, assim com a manutenção de bases militares em todas as regiões do mundo, fizeram o Estados Unidos elevarem seu déficit geral a cerca de 14 trilhões de dólares, valor cada vez mais difícil de ser financiado.

Em termos militares, as novas armas são cada vez mais destrutivas, atingindo alvos indiscriminados, apesar das tecnologias inteligentes. Em termos políticos, a guerra enfrenta

reações contrárias não só dos povos que a sofrem, mas também dos povos dos países guerreiros. As ações militares dos Estados Unidos, em conjunto com alguns aliados europeus da OTAN, no Afeganistão e no Iraque, saíram das previsões, tornando-se um complexo atoleiro político e militar.

Apesar disso, as forças que consideram a guerra como principal instrumento de saída da crise têm poder considerável e a possibilidade da guerra está cada vez mais presente. Ao contrário do que pensam alguns analistas, a escalada de conflitos que geram as grandes guerras não leva em consideração a experiência histórica e a racionalidade social.

É preciso levar em conta, por exemplo, a crescente dificuldade que os Estados Unidos enfrentam para manter sua hegemonia mundial, frente ao aumento das contradições intercapitalistas e frente ao fortalecimento de potências concorrentes, principalmente da China, Rússia, Brasil, Índia e África do Sul. Daí resulta uma situação de instabilidades políticas internacionais e nacionais.

A primeira metade de século XX foi dominada por uma disputa intercapitalista. A partir de 1946 e até 1991, a disputa mundial foi polarizada entre o bloco capitalista, capitaneado pelos Estados Unidos, e o bloco socialista, capitaneado pela União Soviética.

Hoje a disputa volta a se travar circunscrita aos marcos capitalistas, embora incluindo países socialistas. Ela ocorre entre blocos compostos por Estados que antes podiam ser considerados da periferia e blocos de Estados que eram parte do antigo centro do sistema capitalista. De certo modo, ela

se encontra polarizada, de um lado, pelos Estados Unidos e seus aliados europeus e japoneses e, de outro, pelos BRICS e seus aliados. No entanto, os limites desses blocos não são fixos, demonstrando uma forte tendência à multipolarização. E dentro de cada bloco, há uma intensa disputa, financeira, comercial, por território e mercados.

A reação social à crise e as suas conseqüências vem ocorrendo de forma politicamente diferenciada e desigual. No Norte da África e numa série de países árabes explodiram revoltas populares de grande intensidade, exigindo mudanças nas condições econômicas e sociais de vida e também na condução do poder político. Tradicionais aliados dos Estados Unidos, como as ditaduras da Tunísia, Egito, Iêmen e Bahrein, viram-se obrigadas a fazer concessões e o processo de mudanças ainda continua. A onda de manifestações atingiu outros países, como Líbia e Síria, tornando a situação ainda mais complexa. Sendo que no caso da Líbia, a Otan envolveu-se no conflito, ingerência e agressão contra a qual nos posicionamos.

Na Europa, as manifestações populares na Grécia e na Espanha, assim como a recusa da população islandesa em aceitar pagar a conta das trapanças do sistema financeiro, apontam para a possibilidade de retomada e ampliação das mobilizações sociais.

Essas mobilizações também estão circunscritas aos marcos do desenvolvimento capitalista, embora eventualmente possam tender para uma luta pelo socialismo.

Entre meados dos anos 1940 e meados dos anos 1970, a luta

pelo socialismo, conjugada com a luta pela descolonização, viveu uma situação de ofensiva global. A vitória dos vietnamitas em sua guerra de libertação e a revolução sandinista foram provavelmente os últimos atos desta ofensiva. A partir de então, a luta pelo socialismo entrou numa situação de defensiva estratégica global.

Essa defensiva se acentuou, a partir dos anos 1980, primeiro em virtude da derrocada do socialismo nos países do Leste Europeu e das reformas de recuo estratégico na China e no Vietnã. Depois, pela desintegração da União Soviética, no início dos anos 1990 e pelo declínio das lutas sociais e revolucionárias na maior parte dos países do globo. Finalmente, pela reestruturação do capitalismo e pelo novo processo de disseminação global de seu modo de produção, iniciado nos anos 1970.

A partir da segunda metade dos anos 1990, o capitalismo global, sob a hegemonia do seu setor financeiro, começou a apresentar crises extremamente destrutivas, como as de 1998 e 2008, ao mesmo tempo em que os Estados Unidos começaram a enfrentar um forte processo de declínio em sua hegemonia.

Conformou-se uma situação global em que (a) os países centrais passaram e se debater com crises de acumulação e reprodução, manifestadas tanto nos terrenos financeiro, industrial, comercial e cambial, quanto nos terrenos energético, alimentar e ambiental; (b) emergiram novas potências econômicas, com fortes mercados internos capazes de enfrentar as crises geradas pelos países centrais e manter seus processos de desenvolvimento; (c) manteve-se a situação de

defensiva estratégica do socialismo; e, (d) surgiram novas formas de resistência às consequências danosas do capitalismo, sem relação direta com uma perspectiva socialista.

A combinação dessas tendências econômicas, sociais e políticas existentes nos países centrais e em vários países periféricos, criou uma situação que aponta para grande instabilidade internacional. Em consequência, a situação mundial tende a ser marcada por novas crises econômicas e financeiras, especialmente nos países centrais, por movimentos massivos, revoltas sociais e revoluções em diferentes países, e também por guerras comerciais e guerras militares. O mundo que emergirá nos próximos anos dependerá da influência mútua da luta entre Estados e blocos regionais e entre as lutas sociais e políticas dentro de cada país.

Mas não se deve descartar a possibilidade dos Estados Unidos terem sucesso, mesmo a médio e longo prazo, em seus esforços para manter-se como potência mundial. Em especial se essa potência conseguir se safar dos atoleiros do Iraque e do Afeganistão, e obter um compromisso de aliança firme com as potências européias e com o Japão.

América Latina e Caribe

A América Latina e o Caribe tornaram-se um dos cenários da disputa entre os Estados Unidos e os BRICS. A hegemonia dos EUA vem sendo minada e a região tende a integrar-se, física e economicamente, com a adoção de políticas próprias. Embora a disputa esteja circunscrita aos marcos capitalistas, a região tem a presença de fortes correntes socialistas em seus vários países. Em alguns deles, essa pre-

sença se transformou na conquista de governos por partidos de esquerda, enquanto em outros os partidos de esquerda constituem fortes oposições aos governos neoliberais ainda existentes.

Partidos de esquerda apóiam, participam ou dirigem os governos de Cuba, Venezuela, Nicarágua, El Salvador, Brasil, Equador, Bolívia, Uruguai, Paraguai, Argentina, República Dominicana e Peru. Com exceção de Cuba, cujo governo é resultado de uma luta armada revolucionária, que transformou o país numa república socialista, todos os demais governos de esquerda resultaram de vitórias eleitorais.

Esses governos de esquerda da América Latina e Caribe possuem diferenças entre si, seja em virtude de suas condições geográficas, naturais, históricas e sociais, seja em virtude das condições da luta política que propiciaram à esquerda chegar ao governo, e à direita tornar-se oposição. Essas diferenças, ao contrário de serem um aspecto negativo, permitem à esquerda latino-americana evitar modelos únicos em países tão distintos e capacitar-se para vencer as eleições nas condições que são próprias a cada país.

Apesar de suas diferenças, os países da América Latina e Caribe apresentam problemas comuns. Por um lado, a herança histórica colonial e de desenvolvimento conservador e neoliberal, que gerou uma oposição radical, por parte da burguesia e setores significativos das camadas médias, a qualquer tipo de política de distribuição da renda e de democratização dos direitos sociais e políticos. Por outro lado, a atitude belicosa das antigas metrópoles contra governos latino-americanos que priorizam os processos de integração

regional, em especial dos Estados Unidos, que se esforçam por manter não só sua condição de potência hegemônica mundial, mas também regional.

Mesmo que os Estados Unidos venham a perder a sua condição hegemônica mundial, não pode ser descartada a possibilidade de que se mantenham como potência hegemônica regional. Neste caso, as condições para a integração regional, para o desenvolvimento independente dos diversos países da região e para sua inserção soberana no contexto global se tornarão muito mais complexas.

Mas também é possível que os Estados Unidos percam sua condição de potência hegemônica, tanto mundial quanto regional, fortalecendo uma situação mais favorável para a integração latino-americana e caribenha. Os atuais processos de integração, que se fortaleceram na onda de surgimento de governos progressistas e de esquerda, como o Mercosul, Unasul, Alba e Celac, poderão ser acelerados e consolidados, como projetos que buscam incluir todos os países da região, independentemente da orientação ideológica ou política de seus governos.

A forte influência da esquerda, na América Latina e Caribe, por sua vez, possibilita que essa região se torne um dos pólos do combate de natureza geopolítica em curso no mundo. No entanto, ainda que percam sua condição de potência hegemônica, os Estados Unidos deverão resistir a essa tendência de fortalecimento da esquerda, assim como o farão as potências européias e a direita latino-americana e caribenha. Atualmente, essa resistência se expressa de diferentes maneiras, assumindo a característica de uma contra-ofensiva.

Essa contra-ofensiva da direita é política, embora tenha o componente militar como um de seus aspectos. O componente militar é evidente na construção de bases em vários países da região e na retomada da 4ª Frota. Mas, ao menos por enquanto, a força militar é utilizada para exercer pressão política. Com sua força militar incomparável, embora tenham perdido terreno ideológico, político e econômico na região e no mundo, os Estados Unidos podem utilizar sua potência bélica como forte elemento de pressão. Mas por enquanto é pouco provável que os Estados Unidos tentem uma agressão militar direta contra algum dos países governados pela esquerda.

A contra-ofensiva da direita tem ainda como elemento de pressão as expectativas das populações latino-americanas e caribenhas em relação ao governo Obama. Tais expectativas estão relativamente desgastadas pela manutenção das características da política externa herdada do governo Bush, mas ainda não desvaneceram de todo. Por outro lado, a administração Obama não tem tido condições de dedicar maior atenção à América Latina e Caribe, o que pode eventualmente ser mudado, aguçando a disputa em relação àquelas expectativas.

A crise internacional também causou dificuldades imensas para vários países da região, especialmente aqueles fortemente dependentes das exportações e com fracos mercados internos, a exemplo de Cuba, Venezuela, Bolívia e Equador. Para superar os problemas estruturais que impedem seu desenvolvimento econômico e social, os países latino-americanos e caribenhos, em geral, além da contra-ofensiva generalizada da direita, confrontam-se com diversas limitações

e dificuldades objetivas e subjetivas que inibem a ação da esquerda.

Uma dificuldade consiste em que os governos dos quais a esquerda vem participando na América Latina e Caribe são, geralmente, resultado de divisões profundas na burguesia local, que permitem alianças sociais com seus setores dissidentes e coalizões políticas com partidos de centro e até de direita. Para viabilizar estas alianças, alguns partidos de esquerda não se limitam a fazer programas mínimos: em alguns casos, rebaixam os programas partidários, transformando o programa mínimo em máximo e confundindo tática com estratégia.

Outra dificuldade, que independe das alianças ou coalizões com setores da burguesia, reside na necessidade de desenvolver as forças produtivas, em geral bastante atrasadas, na maior parte dos países da região. O que pressupõe a necessidade, mesmo que o governo de tais países tivesse sido conquistado por meios revolucionários, de permitir a ação de diferentes formas de propriedade, inclusive capitalistas ou burguesas, para alcançar o pleno desenvolvimento dessas forças produtivas, como condição para o socialismo. Nesse sentido, o atual processo de reforma cubana é paradigmático.

Por outro lado, a realização de reformas estruturais, mesmo que ainda limitadas às tarefas democrático-burguesas, enfrenta dificuldades no fato de que o apoio político necessário para implementar tais reformas é muito superior ao apoio para vencer eleições e para administrar o capitalismo. Realizar mudanças estruturais a partir de um governo eleito é totalmente distinto de realizá-las a partir de governos

conquistados por meios revolucionários, embora às vezes as reformas sejam da mesma natureza.

Outra dificuldade, decorrente dessa situação, reside ainda no fato de que, além da oposição de direita, os governos apoiados pela esquerda se confrontam também com uma oposição de ultra-esquerda, contrária a quaisquer acordos com setores burgueses, mesmo de centro, e a qualquer política de desenvolvimento que inclua a participação de formas capitalistas de propriedade e de produção.

Apesar dessas dificuldades, e do fato de, em âmbito mundial, a esquerda ainda se encontrar em defensiva estratégica, a América Latina e Caribe apresenta tendências favoráveis para a reconstrução de alternativas socialistas, que completem as tarefas históricas de desenvolvimento das forças produtivas sociais próprias do capitalismo e esgotem as possibilidades de reprodução do capital. A necessidade atual de reconstruir os Estados nacionais, construir empresas estatais, públicas e sociais que funcionem como instrumentos de políticas industriais de desenvolvimento, e democratizar a sociedade, são elementos que tendem a fortalecer a possibilidade de alternativas socialistas.

A situação geral do Brasil

A partir de meados dos anos 1970, o Brasil se viu envolvido pelas crises do petróleo e da dívida externa, ingressando posteriormente no privatismo neoliberal, que constituiu uma cadeia de processos de desestruturação econômica, social e política. Isso fez com que o peso da indústria de transformação no PIB caísse de 33% para 16%, impedindo o

país de desenvolver ramos nos quais já tinha uma base preliminar sólida: espacial, naval, petroquímica, química fina, informática, eletrônica, fármacos e máquinas.

Fábricas, principalmente modernas, foram vendidas para se tornarem segmentos das cadeias de corporações transnacionais globalizadas, ou simplesmente para serem fechadas. A relação entre as exportações de manufaturados e as exportações totais, que chegou a atingir 59% nos anos 1970, foi reduzida para 40%. E os segmentos das diferentes cadeias produtivas se atrasaram na corrida tecnológica, o que na prática apresentou-se como uma regressão, se comparados com os mesmos segmentos de outros países emergentes.

A infra-estrutura de transportes, tendo como base o sistema de transportes rodoviários, ingressou no século 21 totalmente sucateada e tecnologicamente defasada: rodovias intransitáveis, malha ferroviária quase inexistente, sistema portuário operando em ritmo extremamente lento, navegação marítima e de cabotagem de pequena escala, aeroportos ameaçados de colapso. O custo logístico se tornou um dos mais elevados do país. Atualmente, embora haja uma tendência de reforma e construção de uma nova infra-estrutura de transportes, o processo continua lento e dificilmente suportará crescimentos médios do PIB de 5% a 6% anuais.

A infra-estrutura de energia elétrica, por falta de investimentos, sofreu um colapso, no final dos anos 1990 — do qual resultou o tristemente célebre “Apagão” de FHC — e as medidas para resolver os problemas imediatos, por meio de termelétricas a gás, ainda implicam um custo elevado. Nessa mesma década, as privatizações comandadas pelo PSDB no setor pro-

vocaram uma acentuada piora dos serviços prestados à população (paradoxalmente, o virtual colapso da AES Eletropaulo em São Paulo, em junho de 2011, após uma tempestade, levou o governo tucano a pedir intervenção da ANEEL). Embora o governo Lula tenha avançado na elaboração e construção de novos projetos, tanto de usinas hidrelétricas e eólicas, quanto de linhas de transmissão, sua efetivação ainda é lenta por falta de recursos suficientes e pelas tentativas de oligopolização por parte das grandes empreiteiras. A vulnerabilidade do setor é fonte de conflitos com os movimentos sociais, na medida em que o modelo preferido é o das grandes hidrelétricas, cujo impacto ambiental e social é devastador.

A infra-estrutura de telecomunicações vem avançando significativamente, mas as empresas do setor, quase totalmente privado, tendem a vender mais aparelhos do que a infra-estrutura suporta, havendo gargalos e o perigo de um colapso da capacidade instalada. É neste contexto que se insere a discussão sobre qual projeto de banda larga (“PNBL”) o governo Dilma vai implantar.

A reversão do processo de desindustrialização e de sucateamento da infra-estrutura tem encontrado dificuldades de monta. Por um lado, o Estado ainda não recuperou totalmente sua capacidade de planejamento e de investimento, e sua participação na recuperação e modernização da infra-estrutura industrial ainda é diminuta. As empresas estatais foram reduzidas a um pequeno grupo — Petrobras, coligadas do sistema Eletrobrás, BNDES, Banco do Brasil, CEF e algumas outras — e ainda não reformularam totalmente seu papel, para voltarem a ser instrumentos de indução do desenvolvimento industrial.

As reservas de óleo e gás do Pré-Sal podem contribuir para modificar esse quadro se, em 2020, a produção brasileira de petróleo atingir seis milhões de barris/dia, ou três vezes a produção atual. Com essa produção de 2020 pode haver um excedente de 3 milhões de barris/dia, a ser exportado após o processo de refino. Isso pode representar uma receita anual estimada de 100 bilhões de dólares, elevando consideravelmente a capacidade de investimento do Estado. No entanto, o problema consiste em que até lá o país precisa alcançar taxas médias de crescimento de 5% a 6% anuais, o que demanda taxas de investimento de 25% do PIB, pelo menos 5% superiores às atuais.

Portanto, para poder tirar pleno proveito das estimativas do Pré-Sal, seria necessário alterar a política de juros altos, que segue remunerando de forma absurda as aplicações no mercado financeiro, assim como alterar a política cambial, que atualmente permite que o dólar se desvalorize artificialmente diante do real. Juros e câmbio devem deixar de funcionar como obstáculos aos investimentos na produção industrial. Grande parte dos capitais prefere o risco da especulação de ganho fácil ao risco da produção, dos salários e dos impostos. A experiência histórica dos países que se industrializaram mostra que, com juros altos e câmbio elevado, nenhuma política industrial fez sentido.

A tendência de crescer apenas ou prioritariamente pelo consumo e pelo crédito tem mostrado limitações justamente na capacidade industrial instalada, incapaz de fazer crescer a oferta no mesmo ritmo da demanda, gerando pressões inflacionárias. Tais pressões têm se agravado ainda mais em virtude da vigência, no mercado internacional, de elevados

preços dos produtos agrícolas, que fazem desviar, da produção de alimentos para a produção de *commodities* exportáveis, parte considerável dos meios de produção.

O *agronegócio*, caracterizado pelo emprego de máquinas e insumos industriais na agricultura, e pela produção predominante de *commodities* agrícolas e pecuárias, tem tido retornos financeiros consideráveis na esteira dos altos preços internacionais, contribuindo para os superávits da balança comercial do país. Esse modelo tem levado o *agronegócio* a avançar não apenas sobre terras florestadas, mas também sobre a agricultura familiar, reduzindo tanto as áreas de florestas, quanto as de plantio de alimentos para o mercado interno.

A agricultura familiar, responsável por aproximadamente 70 % dos produtos agrícolas alimentares que abastecem o mercado doméstico, sofre não só com a ameaça de expropriação pelo *agronegócio*, mas também com as dificuldades de acesso ao crédito, ao beneficiamento da safra, a comercialização e a assistência técnica, constituindo-se assim em um dos fatores de pressões inflacionárias. A política de crédito proporciona um processo de endividamento com transferência de renda, ao capital industrial e financeiro, sendo necessária a ampliação e o fortalecimento de políticas de garantia de renda e sustentação de preços para a agricultura familiar, povos e comunidades tradicionais.

A concentração de terras e a compra por empresas internacionais é um problema que afeta a soberania e segurança alimentar. A concentração do mercado varejista em grandes redes induz a modificações de hábitos alimentares e gera padrões de consumo que não favorecem a uma alimentação

adequada e saudável, assim como propicia a manipulação de preços pelos grandes varejistas.

Outra tendência negativa da situação econômica brasileira reside na elevação do grau de concentração e centralização do capital, revelado pelo alto número de fusões e incorporações empresariais. Os oligopólios, livres da concorrência, tendem a praticar preços administrados capazes de lhes proporcionar super-lucros, também pressionando a inflação.

Num quadro como esse, a situação das micros e pequenas empresas, das empresas solidárias ou cooperadas, e das economias familiares, urbanas e rurais, sofre grande instabilidade. Apesar de medidas tentando facilitar a produção dessas empresas, há inúmeros obstáculos para que elas se desenvolvam, incluindo o acesso difícil ao crédito, juros altos, impostos ainda elevados e obrigações burocráticas de diferentes tipos.

A atração de investimentos externos diretos, um mecanismo necessário para complementar o raquitismo da taxa interna de poupança, preencher as lacunas do déficit tecnológico e adensar as cadeias produtivas industriais, enfrenta resistências diversas, que vão da confusão entre investimentos diretos e liberalidade no ingresso sem controle de capitais especulativos, à falta de políticas de atração para investimentos diretos nos setores produtivos.

As classes sociais no Brasil

A burguesia, constituindo cerca de 1% da população brasileira, é a classe dominante da sociedade. Caracteriza-se

pela propriedade dos meios de produção e circulação, e pela compra de força de trabalho dos trabalhadores não-detentores de capital, através da qual extrai sua mais-valia, lucro ou rentabilidade. Embora possua um alto grau de cooperação interna no que diz respeito ao processo de exploração e de confronto com os vendedores de força de trabalho, ela não é homogênea e sua existência é marcada por um intenso processo de concorrência interna, dentro de cada ramo ou setor, e entre ramos e setores.

Durante os anos 1990, de predomínio da ideologia e da política neoliberal, a burguesia brasileira sofreu um intenso processo de transferência patrimonial de uns setores para outros, com a fração financeira conquistando a hegemonia dentro da classe. As frações agrícola, industrial e comercial passaram a ser suas caudatárias.

No final dos anos 1990, quando ficou evidente a extinção e desnacionalização de parte considerável do parque industrial brasileiro, e o neoliberalismo foi abalado por crises internacionais que atingiram o Brasil fortemente, a concorrência ou competição econômica se transformou numa divisão política relativamente profunda, tendo como fulcro a questão do crescimento econômico. Ainda que as diversas frações da burguesia sejam faces da mesma moeda, parte das frações burguesas passou a opor-se à hegemonia da burguesia financeira e a procurar uma saída para a crise estrutural brasileira.

A pequena burguesia urbana, constituindo cerca de 20% da população brasileira, representa uma massa populacional muito diversificada e dispersa. Ela é composta principal-

mente de pequenos e micro industriais e comerciantes, isto é, de proprietários de meios de produção de pequena escala. Às vezes, utiliza unicamente sua própria força de trabalho, ou a força de trabalho familiar. Outras vezes, explora força de trabalho comprada no mercado. Sua existência é influenciada tanto pelas imposições concorrenciais do grande capital, quanto pela falta de proteção e estímulo do Estado. Portanto, é marcada pela instabilidade, buscando acesso à burguesia, mas sendo ameaçada de falência e transformação em trabalhador assalariado.

A pequena burguesia agrícola representa de 15% a 20% da população brasileira e uma massa populacional muito diversificada e dispersa. É composta de pequenos lavradores ou criadores individuais e familiares, proprietários de seus meios de produção, como a terra e implementos agrícolas. E se depara constantemente com as incertezas do clima, das pragas, da falta de acesso ao crédito, das dificuldades de comercialização e, principalmente, com as ameaças de expropriação pelo *agronegócio* e de transformação, na melhor das hipóteses, em pequeno rentista, e na pior, em camponês sem-terra ou trabalhador assalariado urbano ou rural.

Ainda existem no Brasil cerca de 2 milhões a 3 milhões de camponeses sem-terra, oriundos principalmente de propriedades rurais expropriadas pelo *agronegócio* ou por dívidas bancárias e comerciais. Sua transformação em pequenos produtores agrícolas independentes encontra forte resistência. Primeiro, da burguesia agrícola ou do *agronegócio*, que pretende completar a ocupação de todas as terras agricultáveis para a produção de commodities. Depois, dos remanescentes do antigo latifúndio, que não pretende ver suas

terras repartidas. Finalmente, do conjunto da burguesia, que pretende manter os sem-terra como parte do exército de reserva de mão-de-obra barata.

Nos anos mais recentes, o governo adotou uma série de medidas administrativas e financeiras no sentido de facilitar a existência da pequena burguesia urbana e agrícola, minorando em certa medida as ameaças econômicas que pesam sobre essa classe e ampliando as condições para a sua sobrevivência e expansão. No entanto, essas medidas ainda são insuficientes para promover um forte processo de democratização do capital.

Os trabalhadores assalariados, ou proletários, voltaram a constituir cerca de 40% a 45% da população brasileira, após a retomada do crescimento econômico na primeira década do século 21. Eles se caracterizam por não serem proprietários de meios de produção e circulação e, para sobreviverem, serem obrigados a vender sua força de trabalho para os proprietários de tais meios, em troca de salário.

Durante os anos 1990, uma parte considerável desses trabalhadores foi dispersa por várias regiões do país, acompanhando a re-localização ou segmentação de plantas industriais e comerciais, ou ficou desempregada, tornando-se parte do exército industrial de reserva. Isso fez com que a classe dos trabalhadores assalariados perdesse densidade e força concentrada e fosse até mesmo considerada extinta por alguns analistas afoitos. A partir de 2005, teve início uma recomposição paulatina dessa densidade e dessa força, o que tende a fazer com que a classe dos trabalhadores assalariados retome, mais cedo ou mais tarde, um papel protagonista.

Entre os trabalhadores assalariados, os assalariados rurais permanentes aumentaram seu número para mais de 2 milhões, já há algum tempo, acompanhando o processo de crescimento do *agronegócio*. Em algumas áreas do país, especialmente durante a colheita, ocorre o crescimento do número de trabalhadores assalariados temporários, muitos dos quais são proprietários de meios de produção rural em outras regiões, deslocando-se então para complementar sua renda. Esse processo pode sofrer mudanças importantes, com o aumento do emprego de máquinas para a colheita de plantações que até então eram realizadas manualmente.

Nas periferias urbanas habitam alguns milhões de brasileiros desprovidos de propriedades e de condições de trabalho. Essa camada social, em geral denominada de *lumpenproletariado*, constituinte do “exército industrial de reserva” e inserida diretamente nas dinâmicas da violência urbana, tende a ser reduzida se o processo de crescimento econômico for acentuado. É interessante notar que o neoliberalismo disseminou o comportamento *lumpen* em setores médios e burgueses.

O Estado brasileiro

O Estado brasileiro vem sendo reformado, desde sua constituição, como instrumento não só para o controle social das classes dominadas, mas também para garantir o privilégio exclusivo das classes dominantes. Seus principais mecanismos são o sistema parlamentar, os governos executivos, os órgãos estatais permanentes, como o de relações exteriores e as forças armadas, e o sistema judiciário.

Desde o final da ditadura militar, nos anos 1980, esses mecanismos do Estado vem sendo pressionados, por um lado para reduzir seu papel na sociedade, em especial sua interferência na economia, e por outro, para serem democratizados e servirem de instrumentos a serviço da maioria do povo. No período neoliberal dos anos 1990, a pressão pelo Estado mínimo se tornou predominante, conduzindo a uma privatização dos serviços públicos e das empresas estatais, assim como ao desmantelamento dos instrumentos estatais de planejamento e controle.

A crise do programa neoliberal permitiu uma reversão no sentido da democratização e do emprego do Estado como instrumento de indução do desenvolvimento. No entanto, esse processo enfrenta resistência permanente dos setores conservadores e reacionários da sociedade brasileira, e tem avançado lentamente, em especial porque a pressão social ainda é de pequena intensidade.

O Judiciário é, talvez, aquele em que se concentra um dos focos principais de resistência ao processo de democratização. Embora em crise permanente, seja porque não consegue atender às demandas judiciais no tempo previsto pelas próprias leis, seja porque a todo momento vêm à tona os privilégios vitalícios dos membros desse poder e os casos de desmandos e corrupção, o Judiciário nega submeter-se ao controle social externo, legisla em benefício próprio e arroga a si o direito de legislar em lugar do Congresso.

As Forças Armadas se recolheram após os resultados desastrosos de seus 20 anos no poder ditatorial, e perderam a prerrogativa de serem representadas diretamente no primei-

ro escalão governamental. Apesar disso, elas mantêm sob sua direção alguns setores do aparato estatal, como o controle do tráfego aéreo civil, as capitânicas de portos e a Justiça Militar. Além disso, continuam a reproduzir e cultivar, nas escolas militares, o conteúdo tradicional conservador e reacionário de formação de seus oficiais e sargentos. No que concerne às questões funcionais, o tratamento concedido a cabos e soldados, e mesmo a oficiais de baixa patente, é profundamente desigual e discriminatório. Em seu meio ainda parecem vivas e fortes as concepções elitistas, antidemocráticas, anticomunistas e nacionalistas de direita, e é difícil prever sua evolução diante do processo de democratização da sociedade, embora esta democratização também influa sobre suas fileiras.

A máquina burocrática governamental não abandonou a tradicional concepção de que é a sociedade que deve lhe servir, e não o contrário, várias vezes transformando-se num freio ao andamento das políticas de caráter democrático e de desenvolvimento.

Por isto, e também por reconhecermos o caráter de classe do Estado e por sustentarmos o projeto histórico de uma sociedade sem exploração nem opressão (portanto, sem classes e sem Estado), defendemos que faz parte do programa democrático-popular uma reforma profunda do Estado brasileiro, o que coloca na ordem do dia, e em caráter de urgência, não apenas a eliminação da herança legislativa neoliberal (como a mal denominada Lei de Responsabilidade Fiscal), mas também medidas positivas tais como a criação de carreiras para os servidores públicos, introdução de maior autonomia gerencial, instâncias de gestão colegiada do trabalho, bem

como a institucionalização de mecanismos transparentes de participação popular que vertebram o efetivo controle público do aparato estatal.

Visto no plano estratégico e histórico, trata-se de começar a construir a estrutura política e administrativa compatível com a elevação nos padrões de produtividade da humanidade. Pois o conjunto de inovações tecnológicas aplicado no processo produtivo ampliou de forma generalizada a capacidade de produção, com significativa economia no uso da força de trabalho, tornando possível um novo padrão civilizatório.

Estes ganhos espetaculares de produtividade, com a expectativa da vida humana aproximando-se dos 90 anos de idade nos países ricos (no Brasil a expectativa de vida média era de 73,17 anos – 69,4 para homens e 77 para mulheres – em 2010), criaram as condições materiais para uma inédita e superior perspectiva civilizatória, que incluía educação para a vida toda, ingresso tardio no mercado de trabalho, trabalho menos vinculado à sobrevivência e mais associado à utilidade e criatividade sócio-coletiva.

Mas, como é evidente, sob o capitalismo brasileiro a realidade é outra, e nossas demandas seguem sendo garantir estudo para os que estão na faixa etária de 7 a 16 anos, trabalho regulado e ingresso no mercado formal de trabalho apenas a partir dos 16 anos, jornada de 44 horas semanais e aposentadoria no fim da vida, acompanhada da segurança social contra os riscos do trabalho, ao lado de acesso ao consumo de massa dos bens duráveis e às políticas sociais universais. O que exige estabelecer fortes controles do Estado sobre as

grandes corporações privadas e o capital financeiro; e uma forte tributação sobre as grandes riquezas.

A disputa estratégica entre três grandes correntes políticas

O Brasil possui uma miríade de correntes políticas, representando diferentes segmentos da sociedade. Apesar disso, ao enfrentar a questão chave do desenvolvimento do país, elas se agrupam principalmente em três grandes correntes, que marcam a história brasileira desde a primeira metade do século 20: a **conservadora**, a **progressista** e a **democrático-popular**.

A corrente conservadora caracteriza-se por defender um desenvolvimento capitalista sem realização de reformas estruturais e sem disseminação de direitos democrático-burgueses, mantendo o Brasil atrelado aos interesses de potências capitalistas. Dentro da corrente conservadora é possível distinguir uma clivagem entre os que defendem maior participação ativa do Estado na economia, os estatistas, e os que abominam tal participação, como os neoliberais.

A corrente conservadora, comandada por estatistas, foi hegemônica no Brasil ao longo de maior parte do século 20, sendo responsável pela industrialização dos anos 1930 e 1940 e, depois, dos anos 1960 e 1970. Sob governos ditatoriais, promoveu um rápido crescimento econômico, paralelamente à manutenção do latifúndio, ao aumento das desigualdades sociais e à disseminação da miséria. Quando comandada pelos neoliberais, durante os anos 1990, a corrente conservadora promoveu um desenvolvimento regressivo, caracterizado pelo rápido crescimento do setor financeiro, e pelo desmantelamento do setor industrial.

A corrente progressista caracteriza-se por defender um desenvolvimento capitalista combinado com reformas parciais, democratização limitada, certa dose de soberania nacional e de política externa autônoma. Durante a maior parte do século 20, além de minoritária, essa corrente esteve sob a hegemonia de forças burguesas, em vários momentos tendo como aliadas algumas forças democráticas, populares e socialistas. O período JK, nos anos 1950, é representativo dessa corrente, com um ambiente de relativa democracia política, crescimento rápido, manutenção do latifúndio e aumento das desigualdades sociais.

A corrente democrático-popular caracteriza-se por defender reformas estruturais profundas, ampla democratização econômica, social e política, com redistribuição constante da renda, soberania nacional e política externa autônoma, defendendo a participação ativa do Estado e uma estratégia que articule o desenvolvimento capitalista e a transição socialista. Embora minoritária na maior parte do século 20, essa corrente ganhou força a partir do final dos anos 1980, com a fundação do Partido dos Trabalhadores.

Em virtude principalmente das divisões internas da burguesia, a corrente democrático-popular foi ganhando tal força e influência, que passou a dirigir o bloco de forças políticas e sociais defensoras da corrente progressista. Isso tornava possível, pela primeira vez na história do Brasil, que a polarização fundamental de nossa sociedade fosse entre a corrente capitalista-conservadora e a corrente democrático-popular (dirigindo a corrente progressista).

No entanto, nos anos 1990 e no início dos anos 2000, combinaram-se a ofensiva global neoliberal, a crise do socialismo, a reestruturação do mundo do trabalho e o declínio das mobilizações sociais. Essa combinação complexa introduziu mudanças profundas na correlação de forças e fez com que o Partido dos Trabalhadores e grande parte da esquerda brasileira realizassem um recuo estratégico, nem sempre consciente, alterando seus objetivos programáticos.

As organizações dirigentes da corrente democrático-popular assumiram paulatinamente, como seus objetivos principais, os objetivos programáticos da corrente progressista, embora seguissem dando ênfase às políticas sociais, democracia, soberania e integração, e mantendo o socialismo como meta de longo prazo.

Com isso, a polarização fundamental da sociedade brasileira continua sendo entre a corrente conservadora (sob hegemonia da burguesia financeira neoliberal) e a corrente progressista (agora sob a liderança do PT).

A hegemonia da burguesia financeira sobre a corrente conservadora acentuou as tendências mais conservadoras e reacionárias do desenvolvimento brasileiro. Revivem os antigos preconceitos anticomunistas, que pareciam enterrados, procurando despolitizar o debate e trazer à tona todos os medos. Ao mesmo tempo, a hegemonia dos financistas faz setores dissidentes da pequena, média e mesmo da grande burguesia se descolarem do bloco conservador, como ocorreu na eleição de Lula à presidência da República, em 2002 e 2006, e na eleição de Dilma, em 2010.

O fato da corrente progressista de desenvolvimento ser atualmente dirigida por partidos de origem democrático-popular e socialista também produz tensões constantes nesse bloco. Elas estão relacionadas com maior ou menor participação do Estado na economia, com maior ou menor redistribuição de renda entre as camadas mais pobres da população, com maior ou menor participação popular no processo democrático, com maior ou menor profundidade das reformas democráticas, e mesmo com o debate sobre o socialismo.

A eleição da presidência da República por uma aliança de progressistas, democrático-populares e socialistas vem possibilitando mais democracia, melhor qualidade de vida, soberania nacional e integração sul-americana. Introduziu mudanças, aumentou a participação eleitoral, impulsionou o crescimento de organizações sociais e deu surgimento a novos meios de comunicação. Hoje há mais gente alfabetizada, mais serviços de saúde, menos fome, menos desigualdades regionais e mais direito à moradia. O crescimento econômico re-introduziu a necessidade da industrialização, estimulou a criação de mais empregos, e proporcionou aposentadorias menos aviltantes.

Mas esses avanços ainda não se tornaram estruturais, não se converteram num outro modelo de desenvolvimento. Na prática, os termos em que se dá a atual aliança entre a corrente progressista e a corrente democrático-popular ainda não conseguiu superar a herança neoliberal. A sociedade continua polarizada, mas sem que tenha havido uma derrota definitiva da alternativa conservadora. O candidato conservador-reacionário teve 44% dos votos válidos nas eleições de 2010, demonstrando que a herança neoliberal continua extremamente influente.

Desafios estratégicos do PT

Diante das tendências conjunturais da atualidade, os principais desafios estratégicos do Partido dos Trabalhadores consistem em manter o governo nacional, consolidar a sua hegemonia sobre as forças progressistas, retomar a alternativa democrático-popular e socialista de desenvolvimento, transformar tal alternativa, paulatinamente, num dos pólos da disputa, e consolidar o partido como uma organização de massa capaz de dirigir a sociedade.

Para enfrentar tais desafios, o conjunto da militância petista terá que realizar uma reflexão teórica mais profunda sobre algumas questões que atrapalham sua elaboração política. Isso diz respeito, primeiro, às concepções correntes sobre neoliberalismo, nacionalismo, social-democracia, socialismo e desenvolvimento. Depois, à necessidade de avaliar a importância, para as grandes massas do povo, da presente experiência de participação nos processos eleitorais e nos mecanismos institucionais do Estado. E à necessidade de uma justa e precisa política de alianças, que possa dividir e enfraquecer o inimigo principal, mas também para acumular forças e mudar a correlação de forças.

Neoliberalismo

Tornou-se comum adjetivar de neoliberal toda e qualquer ação ou atitude que não seja, supostamente, de natureza socialista. Confunde-se, assim, neoliberalismo, como uma ideologia e política da burguesia corporativa transnacional, com o liberalismo e o democratismo burgueses.

O liberalismo e o democratismo burgueses são expressões políticas diferentes e mais antigas, que ainda se apresentam de forma diferenciada na sociedade brasileira, na maior parte das vezes em contradição com o neoliberalismo. Já a ascensão do neoliberalismo ocorreu no rastro da crise internacional e da reestruturação capitalista dos anos 1970.

O neoliberalismo enquanto ideologia exarcebou o papel das grandes corporações transnacionais, a recente expansão globalizada do Capital. Enquanto orientação política, desencadeou no mundo um processo regressivo, caracterizado pelo colapso da social-democracia europeia, dos nacionalismos africanos, dos desenvolvimentismos latino-americanos e do socialismo de tipo soviético. Nas décadas de 1980 e 1990, o neoliberalismo tornou-se hegemônico na América Latina, acentuando a dependência, a desigualdade e o conservadorismo político, característicos do período anterior.

Na contramão do neoliberalismo, mas aproveitando-se do processo de globalização do capital, vários países asiáticos ingressaram fortemente no processo de industrialização, emergindo como novas potências. Esse fenômeno demonstrou que o neoliberalismo não era a única via possível e que a globalização apresentava contradições que podiam tanto impedir o desenvolvimento, quanto promovê-lo, dependendo das políticas adotadas pelos países.

Nacionalismo

O *nacionalismo de grande potência*, exercido pelas práticas imperialistas das potências centrais, é de natureza diferente do *nacionalismo de pequena potência*, praticado como forma

de defesa contra o nacionalismo e o imperialismo de grande potência.

Por outro lado, parte da burguesia brasileira é incapaz de praticar qualquer tipo de nacionalismo de defesa, em suas relações com as grandes potências, enquanto a burguesia, em conjunto, costuma olhar os países vizinhos da América Latina e Caribe, assim como os países africanos e asiáticos, por um viés nacionalista de grande potência, o que influencia parte do povo a adotar o mesmo tipo de nacionalismo.

O antídoto contra essa confusão reside em adotar o internacionalismo de cooperação com todos os povos, ao mesmo tempo que adotamos o nacionalismo quando se trata de manter relação com as grandes potências.

Social-democracia

A social-democracia nasceu, no século 19, como corrente popular revolucionária anti-capitalista e internacionalista europeia. A partir da primeira guerra mundial, no século 20, essa social-democracia transformou-se em corrente reformista do capitalismo, apesar do surgimento da União Soviética, em 1917. Com os resultados da segunda guerra mundial, após 1945, a social-democracia jogou papel fundamental na criação de Estados de Bem-Estar Social na Europa, elevando os padrões de vida dos trabalhadores assalariados e do conjunto de suas populações, mas à custa da super-exploração das populações das antigas colônias e semi-colônias.

A libertação dos antigos países coloniais e semi-coloniais, completada nos anos 1970, a transformação de vários de-

les em potências emergentes, o surgimento das grandes corporações transnacionais, e o fim da União Soviética, no início dos anos 1990, liquidaram os motivos e as condições de existência dos Estados de Bem-Estar. Ao final, a social-democracia europeia transformou-se em corrente defensora do neoliberalismo.

Ao mesmo tempo, a social-democracia latino-americana, incluindo a brasileira, tendia a ser mais radical do que a europeia, em virtude das dificuldades em compatibilizar capitalismo, democracia e bem estar social, bem como em virtude da pressão conservadora dos Estados Unidos e das burguesias locais.

Durante o regime militar no Brasil, a social-democracia desempenhou papel importante na luta contra a ditadura e, no início dos 1980, uma parte dela ingressou no PT. Apesar disso, nos anos 1990, parcela considerável da social-democracia se bandeou para o neoliberalismo, transformando-se em social-liberalismo e na principal representação política da burguesia financeira.

Socialismo

Quanto ao socialismo, ele continua sendo tomado, em grande medida, como o ápice do desenvolvimento social da humanidade. Porém, tomando como base a prática dos últimos 90 anos, o socialismo foi aquilo que os seus principais teóricos afirmavam que ele seria. Isto é, uma fase de transição do capitalismo para uma sociedade de tipo superior, que eles chamaram de comunismo.

Na fase socialista, o capitalismo ainda não esgotou seu papel histórico de desenvolvimento das forças produtivas e o comunismo ainda não possui as bases materiais e culturais para implantar-se. No socialismo, portanto, será necessária a convivência, de colaboração e conflito, entre propriedades sociais, como estatais, públicas, cooperativas e solidárias, com propriedades capitalistas e mistas. Nela, o Estado precisará combinar planejamento e mercado, corrigindo os desvios caóticos do mercado, mas usando-o como instrumento de determinação dos preços e da alocação dos recursos, até o pleno desenvolvimento das forças produtivas e a criação das condições materiais e culturais necessárias à passagem a uma etapa superior de civilização.

Nos anos 1990, no contexto profundamente marcado pela crise do socialismo, pela ofensiva neoliberal e pela necessidade de defender os interesses nacionais e as conquistas trabalhistas, populares, democráticas e socialistas dos períodos anteriores, a esmagadora maioria das correntes e partidos de esquerda da América Latina e do Brasil se viu obrigada a adotar uma política de defensiva estratégica, embora nem sempre conscientemente. Há, portanto, uma dificuldade real no entendimento do significado de viver um período de defensiva estratégica da luta pelo socialismo. E, muitas vezes, a postura de defensiva é acompanhada de concessões ideológicas, teóricas e estratégicas, que acabam por transformar a natureza de alguns partidos de esquerda, que deixam de ser socialistas e passam a ser social-democratas ou mesmo social-liberais.

Reconhecer que vivemos num período de defensiva estratégica não implica em abandonar a condição de revolucio-

nário. No entanto, ser revolucionário num período em que uma revolução está na ordem do dia é muito diferente de ser revolucionário num período em que a revolução não está na ordem do dia.

Quando a revolução está na ordem do dia, os revolucionários têm o dever de conquistar a hegemonia e a direção do processo revolucionário para a tomada do poder. Quando a revolução não está na ordem do dia, cabe aos revolucionários adotar uma política de acumulação de forças que tenha como objetivo criar as condições para mudanças revolucionárias. De qualquer modo, o único teste para saber se um partido ou um militante é revolucionário ou não consiste em verificar se dirigiram e participaram de uma revolução. Discursos, proclamações de fé, autopromoções e acusações contra supostos contra-revolucionários não contam como teste de definição.

Desenvolvimentismo

O desenvolvimento nacional, apesar de ser foco constante de discussões, continua aparecendo como um conceito capaz de inúmeras interpretações. A atual oposição de direita, capitaneada pela coalizão PSDB-DEM e mídia conservadora, por exemplo, sustenta que o atual desenvolvimento, promovido pelos governos sob hegemonia petista, se deve à trilha aberta pelo governo FHC. Este teria sido o responsável por criar as condições para o desenvolvimento futuro, condições aproveitadas por Lula e, agora, por Dilma. Alguns petistas também acreditam nisso, mas a maioria do PT e da esquerda brasileira sabe que o Brasil escapou das principais conseqüências da crise mundial deflagrada em 2008 justa-

mente porque o governo Lula não seguiu a trilha aberta pelo governo FHC.

A trilha seguida por FHC foi a de privatização dos bancos públicos e empresas estatais, da implantação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), da atração de capitais especulativos, do sucateamento dos mecanismos de planejamento e controle do Estado e sua substituição por agências autônomas, e de outras políticas que conduziram o país à beira do precipício. As dificuldades enfrentadas pelo governo Lula, e ainda presentes no governo Dilma, para realizar um desenvolvimento sustentado, têm origem justamente na herança maldita deixada pelo governo FHC, em especial a especulação financeira e a legislação privatista (como a Lei de Responsabilidade Fiscal), que impedem o crescimento dos investimentos públicos em infra-estrutura e no processo produtivo.

Assim, a discussão sobre o desenvolvimento, mesmo nos marcos do capitalismo, envolve problemas diferentes, dependendo da fração burguesa que tem a hegemonia sobre o processo. Um desenvolvimento com crescimento econômico, redistribuição de renda, grande peso à educação e ao desenvolvimento científico e tecnológico, ambientalmente sustentado e com participação soberana e diversificada no mercado internacional, também pode ocorrer nos marcos do capitalismo, dependendo da correlação de forças estabelecidas no governo e no Estado.

O problema que se coloca, neste caso, é que isto não basta nem para manter um desenvolvimento de longo prazo, nem para liquidar com os processos de exploração da força de trabalho e evitar regressões a níveis de pobreza e miséria.

O desenvolvimento progressista tem por limites a natureza do capitalismo e da democracia liberal. Por isto, nosso objetivo é implementar um desenvolvimentismo democrático-popular, que ultrapasse aqueles limites, ao introduzir instrumentos econômicos de caráter social e público, como as empresas estatais, públicas, cooperadas e solidárias; ao instituir mecanismos de redistribuição efetiva da renda, universalizar a educação e a saúde a todas as camadas da população; ao radicalizar o processo democrático através do apoio a novos mecanismos de participação popular e controle social.

Mobilização, eleição e alteração na correlação de forças

A principal dificuldade para transformar o desenvolvimento progressista em desenvolvimento democrático-popular está na correlação de forças. Pois a institucionalidade do Brasil está a serviço da manutenção do *status quo ante*. Neste sentido, a grande questão é: é possível criar as condições políticas para realizar reformas estruturais no Brasil? Se a resposta for “não”, então a presença da esquerda no governo federal, por mais que seja útil para melhorar as condições de vida do povo, será inútil do ponto de vista estratégico.

Para responder aquela pergunta, joga papel importante a avaliação da experiência de participação das grandes massas do povo nos processos eleitorais e nos mecanismos institucionais do Estado. Joga papel importante, também, um estudo de nossa política de alianças, inclusive com setores da burguesia.

Estamos diante de uma experiência nova na história brasileira: a substituição das ***mobilizações massivas***, a exemplo das *grandes greves operárias* e dos movimentos de *diretas*

já e anistia, do final dos anos 1970 e da primeira metade dos anos 1980, ***pelas votações massivas*** em candidaturas e partidos de esquerda, na esperança de que estes realizem as melhorias desejadas naqueles aspectos que expressamente iam ou vão mal.

O ápice deste processo foi a grande virada cultural das eleições de 2002, em que grandes camadas pobres da população finalmente superaram sua resistência em votar em alguém que possui sua mesma origem social. Em 2006 e 2010, essa votação se repetiu, ainda que com nuances importantes.

No entanto, é preciso reconhecer que grande parte das camadas populares, e uma parte significativa das chamadas classes médias, continua avessa à esquerda e a nossas propostas, sendo presas fáceis dos preconceitos alimentados pela direita conservadora e reacionária. Nessas condições, é preciso evitar dois erros. O primeiro deles é supor que é possível modificar essa situação através da radicalização verbal em torno do socialismo e das reformas estruturais. O segundo deles é abandonar qualquer pretensão político-pedagógica, transformando as campanhas e os governos de esquerda numa variante da política tradicional.

Trata-se, portanto, de uma experiência carregada de riscos para a esquerda, em particular para o PT. Ela pode levar a que se confunda concessões táticas, como o rebaixamento dos objetivos de programas eleitorais, com concessões programáticas e ideológicas, como o rebaixamento ou abandono dos objetivos gerais, de caráter democrático-popular e socialista, e o uso de métodos de ação e hábitos próprios da burguesia. Ela também pode conduzir ao abandono do tra-

balho de base, entre os trabalhadores assalariados, demais camadas populares e classes médias, em benefício exclusivo do trabalho institucional e eleitoral. E, ainda, pode entender as alianças como ações que incluem apenas a cooperação de classe e excluem a luta de classe, inclusive contra os aliados.

O rebaixamento ou abandono dos objetivos gerais, de caráter democrático-popular e socialista, pode se expressar de diferentes formas. Pode supor, por exemplo, que para alcançar o pleno desenvolvimento econômico e social, liquidar a miséria e a pobreza e consolidar a democracia participativa, basta continuar conquistando o governo por tempo indeterminado, sem que seja necessário reestruturar em profundidade o parlamento, o judiciário e os demais aparelhos do Estado. Pode levar a acreditar que, nesse processo, mesmo mantendo intactos esses aparatos de poder e o modo de produção capitalista, seja possível superar os problemas estruturais da sociedade brasileira e domar as leis férreas do desenvolvimento capitalista.

Esse rebaixamento também subestima que o desenvolvimento progressista reforça a burguesia e que as condições desse desenvolvimento, que necessita do lucro máximo, devem chegar a um estágio em que entrarão em forte contradição com uma ampla redistribuição de renda e com a ampliação da participação democrática. Em algum momento desse processo de desenvolvimento, as forças democráticas e populares terão que se confrontar com os interesses mais profundos da burguesia.

Tão danoso quanto o rebaixamento ou abandono dos objetivos gerais, de caráter democrático-popular e socialista, é a

adoção de métodos de ação e hábitos próprios da burguesia. O PT e demais partidos de esquerda não podem fazer uso do tráfico de influência, da corrupção e de outros métodos comuns à vida burguesa, não apenas porque precisamos nos diferenciar dos métodos da burguesia, e porque estes métodos implicam em crimes contra a economia popular e o patrimônio público, mas também porque a burguesia, hipocritamente, é a primeira a denunciar esses deslizes do PT e da esquerda e fazer uso deles para nos desmoralizar. A vida demonstrou que deslizes neste terreno podem ser fatais para o nosso projeto.

Paralelamente, um partido de esquerda não pode abandonar suas bases sociais organizadas, sejam núcleos e outros tipos de organização existentes nos locais de trabalho, nos bairros e nas comunidades, e supor que pode realizar seu trabalho político através de elementos dispersos ou frouxamente organizados, mesmo que formalmente representantes de mandados eleitorais. Esse tipo de abandono leva não apenas à derrota ideológica e política, mas também à própria derrota eleitoral.

Essa mesma experiência histórica ensina que partidos de esquerda, como o PT, precisam, como seu ar e seu sangue, de organizações enraizadas e com grande poder de capilaridade, entre as grandes massas populares e democráticas. Esta é a única forma provada de capacitar o partido a apoiar e fomentar, tanto a organização quanto a mobilização de suas bases sociais. Isto é válido tanto para lutas massivas por reivindicações econômicas, sociais e políticas, quanto para a participação na luta eleitoral e nos governos, participação que ganhou importância particular neste período histórico.

Falamos antes que, se não criarmos as condições políticas para realizar reformas estruturais no Brasil, então a presença da esquerda no governo federal, por mais que seja útil para melhorar as condições de vida do povo, será inútil do ponto de vista estratégico.

Trata-se, portanto, de desenvolver teoricamente e implementar praticamente uma estratégia de construção e conquista do poder, adequada as condições históricas atuais. Que considere o papel destacado assumido pela luta institucional e eleitoral, pela presença nos parlamentos e governos, na disputa de hegemonia no interior do aparelho de Estado. Mas que reconheça os limites da disputa de hegemonia no interior do aparelho de Estado, limites que são definidos pela disputa de hegemonia no conjunto da sociedade, que inclui mas não se limita ao aparelho de Estado. E que, portanto, dê centralidade estratégica para a disputa de hegemonia no conjunto da sociedade. E que compreenda que o alcance da transformação do atual aparelho estatal possui limites, que são os limites do seu caráter de classe (capitalista), que somente serão superados mediante uma ruptura.

A Articulação de Esquerda está disposta a participar da elaboração e da implementação desta estratégia, plano a partir do qual se possa buscar coordenar as diferentes formas de luta e os diferentes instrumentos organizativos das classes trabalhadoras. E a partir do qual desenvolvemos nossa crítica à estratégia e ao programa propostos pelas demais tendências do PT e aos demais partidos da esquerda brasileira.

Conjuntura e tática

O PT, como organização de esquerda, não pode descurar de seus objetivos de longo prazo, ou estratégicos. No entanto, do ponto de vista concreto de sua atividade prática para alcançar aqueles objetivos, não pode cair no erro das organizações de esquerda que adotam uma postura de sistemática minimização da força dos inimigos, de superestimação da consciência das grandes massas do povo e da força da esquerda, e se propõem conquistar a adesão dessas massas através de uma propaganda de propostas estritamente estratégicas ou ideológicas. Em outras palavras, não pode desdenhar as táticas e as reformas como parte do processo de aprendizado revolucionário das grandes massas do povo.

Esse erro de algumas organizações de esquerda se acentuou, nos últimos anos, devido a diferentes leituras acerca da luta contra o neoliberalismo. Embora este tenha tido um efeito extremamente destrutivo nos países que seguiram sua cartilha, como é o caso da maioria dos países da América Latina e Caribe, aí incluído o Brasil, o neoliberalismo promoveu deslocamentos políticos não só na esquerda, a exemplo da transformação de parte da social-democracia brasileira em social-liberalismo, mas também no centro e na direita, causando diferentes tipos de cisões. Por outro lado, seu esgotamento não foi seguido por revoluções, mas por vitórias eleitorais de partidos de esquerda, que se viram guindados a governos, paradoxalmente dentro das regras estabelecidas pela burguesia para perpetuar seu domínio.

Essa situação inusitada e, de certo modo, inesperada para parcelas significativas da esquerda, tornou-se ainda mais

complexa porque, como aconteceu no Brasil, a burguesia dividiu-se e seus setores de centro e centro-direita aliaram-se à esquerda, contribuindo para a vitória eleitoral desta, enquanto seu setor de direita perdeu as eleições, mas continuou sendo muito poderoso e influente, principalmente porque tem como suporte a burguesia financeira.

A direita burguesa tem se empenhado em bloquear processos constitucionais e reformas estruturais de caráter democrático e popular. A força e influência desse setor direitista, ao concentrar seus ataques na esquerda e, em particular no PT, polariza a disputa, ao mesmo tempo em que, na ausência de movimentos populares e democráticos de massa, cria entre setores da esquerda a visão de que se deve realizar maiores concessões à burguesia, de modo a tranquilizá-la. No entanto, toda vez que essa visão ganha vulto, a esquerda tem corrido maior perigo nas disputas eleitorais e parlamentares.

Assim, o Brasil é um bom exemplo do quão complexo e difícil é, a partir do governo nacional, impulsionar mudanças estruturais de natureza democrático-popular. Por um lado, a direita procura criar um ambiente de terror sobre essas reformas, buscando reconquistar os setores da burguesia que se aliaram à esquerda e dividir o apoio das classes médias e dos trabalhadores. Por outro, se a esquerda no governo não for capaz de realizar, ou ao menos dar passos efetivos no sentido dessas reformas, ela pode perder significação estratégica, por mais que contribua, de imediato, para melhorar a vida do povo. E a não realização de tais reformas pode decepcionar e dividir as camadas populares e médias que a apóiam, na prática concretizando os objetivos da direita.

Portanto, na luta pelas reformas democráticas e populares a esquerda não pode perder sua sustentação popular, nem o apoio dos setores aliados. Além disso, tal sustentação não pode revelar-se apenas a cada dois a quatro anos, através das urnas. O governo de esquerda precisa de sustentação política clara e permanente, de modo que possa medir constantemente a correlação de forças e ter consciência sobre a necessidade de avançar, ou momentaneamente parar ou recuar.

Em outras palavras, precisa saber avançar passo a passo, de modo que cada avanço represente uma mudança positiva na correlação de forças, numa situação em que o equilíbrio entre as forças da esquerda e da direita ainda é muito instável.

Tanto aqueles setores da esquerda que temem qualquer enfrentamento, quanto aqueles que exigem sempre avanços rápidos e radicais, fazem uma leitura incorreta da correlação de forças e colocam em risco os avanços obtidos até agora. Desdenham a força do inimigo e não medem sua própria força e suas debilidades.

A força de ingerência dos impérios capitalistas, em especial dos Estados Unidos, continua muito grande, apesar de seu declínio relativo. A hegemonia cultural do “sonho americano” e do modo de vida burguês permanece relativamente intocada. O poder dos meios de comunicação em mãos do setor conservador e reacionário da burguesia, para a disputa da opinião pública, sofreu alguns reveses, mas continua muito elevado. O aparato burocrático e militar ainda continua predominantemente alinhado com as forças que os criaram.

Os trabalhadores e as camadas populares, por seu turno, permanecem com um baixo grau de organização social e política. Apenas aos poucos eles se refazem da destruição e da dispersão do período neoliberal. Paralelamente a isso, continua reduzida a capacidade teórica e política da esquerda, em particular para responder adequadamente a uma situação concreta não prevista em qualquer manual ideológico e político.

Nessas condições, para que a esquerda e o PT em particular consigam combinar a luta pelo desenvolvimento econômico e social, pela soberania nacional e pela integração sul-americana, ainda nos marcos capitalistas, com a luta por uma outra ordem social, eles não podem perder o governo federal nem os espaços estaduais e municipais conquistados até agora.

O governo Dilma deve ser encarado como um elo de um processo, que inclui governos de centro-esquerda e governos democrático-populares, através dos quais possamos acumular forças no sentido das reformas estruturais e do socialismo.

Por isto mesmo, na disputa contra a direita burguesa, o Partido dos Trabalhadores e os governos de que participamos não devem ficar limitados ao progressismo e ao democratismo burgueses. Avançar ou não é um tema da correlação de forças.

Na economia, por exemplo, será necessário avançar na construção de uma forte cadeia de empresas estatais e públicas nos setores econômicos estratégicos, e estimular a criação de centenas de milhares ou milhões de empresas cooperadas ou solidárias. Na base da sociedade, será preciso incentivar

a criação de milhões de comunidades e múltiplas organizações sociais autônomas. E na cultura será necessário estimular os valores solidários, éticos e comunitários do socialismo, transformando-os numa cultura de massas.

Portanto, há uma vinculação estreita entre os desafios estratégicos e os desafios táticos, vinculação que só pode materializar-se através das reformas estruturais necessitadas pela sociedade brasileira. A curto e médio prazo essas reformas visam alterar, mesmo paulatinamente, a concentração de renda, de propriedade e de poder. As mais evidentes são as reformas política, tributária, agrária, urbana, dos meios de comunicação e do sistema financeiro.

A reforma política, a tributária e a democratização da comunicação desempenham um papel chave na alteração da hegemonia e do domínio sobre o poder.

Democratizar a mídia

A mídia global é hoje dominada por poucos conglomerados transnacionais, que controlam diversas plataformas (TV aberta, por cabo e satélite, rádio, imprensa, telecomunicações e internet), avançando sobre os sistemas de mídia de todo o mundo.

Estes conglomerados combinam o poder oriundo do domínio do fluxo internacional de informação, com o lucrativo mercado da “indústria cultural”.

No caso do Brasil, o avanço destes grupos, representados pelas empresas de telecomunicações, convive com um sistema

caracterizado pela concentração da propriedade em seis redes nacionais, que detêm 80% de todas as emissoras de rádio e TV do país, meios que atingem mais de 90% dos lares brasileiros.

Estes grandes grupos que comandam a produção de conteúdo fazem aliança com monopólios locais, que detêm a retransmissão desta programação, além de outros meios como rádios e jornais.

Este quadro é sustentado pela legislação do setor, datada de 1962, e pela Constituição Federal, que estabelece empecilhos à não renovação das concessões, perpetuando a propriedade de quem já tem.

Quando não responde aos interesses dos empresários de rádio e televisão, a legislação não é cumprida. Exemplo disso são os artigos da mesma Constituição que proíbem o monopólio no setor (artigo 220); estabelecem como finalidades para a produção de conteúdo a arte, a cultura, a produção regional e a educação; e estabelecem a divisão da área em três sistemas: o privado, o público e o estatal.

A regulamentação destes artigos é um ponto de partida fundamental para democratizar as comunicações no país, idéia que está baseada no direito da população de ter meios e condições para se informar, se expressar e ser ouvida.

Para isso, uma tarefa fundamental é resolver a confusão entre o sistema estatal e o sistema público, garantindo sua existência e fazendo cumprir seus diferentes papéis. O primeiro deve servir como meio legítimo de difusão das informações de interesse dos três poderes que compõem o Estado, nos

três níveis da Federação. Já o sistema público deve produzir conteúdos de finalidade educativa, cultural e artística e dar voz às expressões diversas da sociedade organizada, com autonomia e gestão participativa.

O sistema privado, já consolidado na figura dos meios comerciais, deve ser alvo de efetivo controle contra o monopólio, a exemplo de outros países, e deve ser também alvo de políticas que introduzam reservas de programação independente e regionalizada.

A realização de todas estas tarefas deve observar o processo de convergência tecnológica e a necessidade de garantir o acesso da população aos meios de se informar e produzir, seja nas plataformas tradicionais (rádio, TV e imprensa) ou nas mais modernas (internet).

Soma-se a isto a luta pela livre circulação da informação, expressa na disputa pelo uso de *software* livre contra o monopólio da Microsoft e pela luta contra as restrições no plano da propriedade intelectual.

Queremos estabelecer um novo modelo institucional para a área, voltado para garantir a pluralidade e diversidade de meios e conteúdos em um cenário de convergência, defendendo políticas para fortalecer os sistemas democráticos de mídia, sobretudo meios públicos e comunitários, visando fortalecer a parte não-comercial da cadeia produtiva audiovisual, sonora e impressa brasileira.

Em termos mais concretos, isso significa aprovar uma Lei Geral de Comunicação Social Eletrônica.

Esta lei deve cumprir a demanda histórica de regulamentar os capítulos da Constituição Federal, sobretudo nos dispositivos que proíbem o monopólio no setor, prevêem a complementaridade dos sistemas estatal, público e privado e estabelecem como finalidades do conteúdo transmitido a educação, a cultura e a divulgação das realidades regionais.

Este novo arcabouço legal deve garantir a diversificação de conteúdos e a entrada de novos atores na TV e no Rádio, subordinando, inclusive, o processo já em curso de digitalização da televisão e do rádio.

Em relação à comunicação pública, o governo federal deve iniciar a criação de um sistema comandado pela Empresa Brasil de Comunicação (EBC) com gestão participativa assegurando incidência real da população organizada nas diretrizes da empresa, bem como na linha e na programação das emissoras mantidas por ela. Este sistema deve ter como coluna vertebral uma rede de emissoras estaduais encabeçada pela EBC, cuja gestão deve ser igualmente democrática e sob forte controle da sociedade. E deve ser composto por outras emissoras públicas (como os canais voltados à educação, cultura e cidadania previsto no Decreto 5820/06) e por veículos comunitários.

Trata-se, ainda, de cessar a repressão aos veículos comunitários, descriminalizando a prática deste tipo de comunicação. Mais do que deixá-los funcionando, o governo deve encarar seu papel de promotor da cultura e do debate público no âmbito local e deve garantir mecanismos de financiamento, bem como a ampliação do número de canais e da potência destas emissoras.

Para garantir o fortalecimento dos meios não-comerciais, faz-se necessário, como ação emergencial, a reordenação da distribuição das verbas publicitárias governamentais no sentido de reservar um percentual para estes veículos, a partir de critérios transparentes e democráticos.

Estas medidas devem ser combinadas com forte controle social da mídia comercial. Ele passa pela mudança do sistema de concessões de rádio e TV, colocando os procedimentos de aprovação e renovação de outorgas sob avaliação prévia e permanente da atuação das emissoras pela população. Este tipo de fiscalização vai contribuir para equilibrar a correlação de forças no campo da comunicação de massas, diminuindo o poder absoluto dos grupos monopolistas do setor.

Em relação à “inclusão digital”, trabalhamos pelo acesso às tecnologias da informação e da comunicação (tanto a computadores e à internet, quanto aos meios que possibilitem aos grupos organizados produzir seus próprios conteúdos).

Isso passa por uma política de acesso à internet a partir de um Plano Nacional de Banda Larga (PNBL) que construa uma infra-estrutura pública de telecomunicações, pela ampliação de pontos coletivos de acesso (como Tele-centros, Casas Brasil e Pontos de Cultura) e pela constituição destes espaços como Centrais Públicas de Comunicação, que alimentem a radiodifusão não comercial e viabilizem a produção local e regional.

Para isso, é fundamental garantir o desembolso dos recursos do Fundo de Universalização das Telecomunicações

(FUST), mudando a legislação que o disciplina, para permitir uma gestão democrática do uso dos recursos.

O PNBL, tal como atualmente proposto pelo Ministério das Comunicações, inviabiliza essa política.

Para que esta agenda democrático-popular da comunicação comece a ser viabilizada, é imperativo que o governo federal implemente as deliberações da Conferência Nacional de Comunicação.

Reforma política

Em termos gerais, a reforma política deve introduzir mecanismos eleitorais e legislativos que façam avançar a democracia, explicitando os conceitos do sentido programático dos partidos, aperfeiçoando as instituições e restaurando os valores e transparência das atividades públicas. Estas teses parecem unanimidade nacional, mas na prática existem abismos e conflitos profundos de interpretação sobre cada um desses conceitos, abismos e conflitos que só uma pujante mobilização social poderá superar e fazer com que as reformas políticas realmente contribuam para consolidar e ampliar a participação popular na democracia.

Em termos práticos, a reforma política, em especial a adoção da votação por lista partidária e do financiamento público, têm importância destacada na redução da influência do Capital sobre as grandes camadas da população e sobre a própria esquerda. Ela também pode ampliar a possibilidade de o PT e os demais partidos de esquerda alcançarem a maioria parlamentar indispensável à introdução de algumas

reformas estruturais, mesmo nos marcos da conjuntura atual de relativo equilíbrio entre a esquerda e a direita. Ela pode, ainda, reduzir substancialmente a influência do comércio do voto sobre o debate programático, contribuindo para uma mudança positiva na correlação de forças.

O objetivo central da luta do PT na reforma política deve ser o aprofundamento da democracia política no Brasil. Em termos práticos, deve-se conseguir que as camadas trabalhadoras e as camadas mais pobres e excluídas da sociedade tenham não só assegurados seus direitos de participação política, mas também comecem a ter chance de participar nos assuntos do governo e do Estado. A luta pelo aprimoramento dos aspectos institucionais deve dar maior peso à construção das formas de representação e participação direta das camadas populares.

A instituição de formas de participação política direta, combinada com as formas da democracia liberal, experimentada durante o governo Lula, com a realização de inúmeras conferências setoriais e a criação de considerável número de conselhos, deve ter continuidade e ser incorporada ao sistema político. Através de um arcabouço legal próprio, no processo de reformas políticas, as conferências deveriam tornar-se instituições permanentes em todos os setores de atividade, com delegados indicados por organizações sociais representativas e democráticas, e os conselhos delas decorrentes tendo funcionamento regular.

Outras formas de participação política direta, como os projetos de lei de iniciativa popular e as formas de consulta direta à população, como plebiscitos e referendos, precisam ser

regulamentados e tornar-se obrigatórios para assuntos que envolvem toda a sociedade. Do ponto de vista político, essas formas de participação popular podem possibilitar a discussão constante, no seio das diversas camadas sociais, dos problemas que afligem ao povo brasileiro, tendo efeitos positivos no processo de mudança da correlação de forças, tanto nos períodos intermediários não-eleitorais, quanto nas eleições.

Em outras palavras, na luta pelas reformas políticas, o PT e a esquerda devem se capacitar para atuar dentro e fora do governo e do Estado, buscando ser ao mesmo tempo força hegemônica e contra-hegemônica. Devemos ser capazes de disputar eleições e governar, como parte do caminho para o poder, aproveitando todas as possibilidades para introduzir as reformas políticas que avancem no rumo de uma verdadeira revolução política e social.

O PT deve procurar unificar seus pontos comuns com os demais partidos de esquerda frente à atual conjuntura, pelo menos até 2014, sobre o papel conferido às lutas sociais e sua relação com as questões institucionais. Isso, no sentido de garantir o sucesso do governo Dilma, dos governos estaduais e municipais dirigidos pelo PT, dos objetivos a serem obtidos nas eleições municipais de 2012 e presidenciais de 2014, assim como no Congresso Nacional, nos parlamentos estaduais e nos desafios colocados pelas mudanças na conjuntura internacional.

O PT e o conjunto da esquerda não podem perder de vista que a defensiva estratégica em que até hoje se encontra o socialismo é apenas mais uma fase do longo processo de luta engendrado pelo desenvolvimento capitalista. E que as pos-

sibilidades criadas pelo fracasso da ditadura e das políticas neoliberais, abrindo caminho para uma abertura democrática jamais experimentada pelo povo brasileiro, não significa que o capitalismo possa ser civilizado. À medida que o capitalismo se desenvolve, ele próprio gera seu contrário, recolocando na ordem do dia a necessidade do socialismo.

Nessas condições, a crise do socialismo, aliada a uma inusitada amplitude democrática que permitiu ao PT conquistar governos, tornou mais problemático e complexo o caminho da esquerda. Paradoxalmente, a maior amplitude democrática fez com que muitos de seus militantes passassem a temer a luta de classes, ou a acreditar que tudo isso estava superado. Porém, a burguesia conservadora brasileira já tem dado mostras de que está sempre pronta a lembrar de que não abandonou sua disposição de manter o sistema capitalista em sua inteireza. De nosso lado, nos cabe reafirmar a luta pelo socialismo como processo de superação da exploração, injustiça e opressão que caracterizam o modo capitalista de produção. Nos cabe, também, defender um socialismo com as características próprias legadas pela história da sociedade e do povo brasileiros.

A reforma tributária

Se a reforma política e a democratização da comunicação são necessárias para garantir a força política, a reforma tributária é essencial para garantir os recursos indispensáveis, tanto para implementar as políticas públicas, quanto para realizar reformas estruturais. Precisamos de um sistema tributário progressivo, pautado pela tributação da renda e do patrimônio, a começar pelo imposto sobre grandes fortunas.

Os desafios do governo Dilma

Os desafios estratégicos e táticos do governo Dilma não são exatamente os mesmos objetivos estratégicos e táticos do PT.

O governo Dilma tem um caráter de coalizão, não apenas com partidos de esquerda, mas também com partidos de centro e mesmo de direita, que possuem em comum a oposição à hegemonia do capital financeiro. Portanto, trata-se de um governo progressista, com forte presença tanto burguesa quanto democrático-popular e socialista. Seus principais objetivos estratégicos estão relacionados ao crescimento e ao desenvolvimento econômico, assim como a reformas que abram condições para tal crescimento e desenvolvimento, ampliem e aprofundem os direitos democráticos e sociais, intensifiquem a integração sul-americana, afirmem a soberania nacional, e promovam a paz regional e mundial.

Em sentido amplo, o governo Dilma é, ao mesmo tempo, um governo de continuidade do governo Lula e um governo de mudança. De continuidade porque se trata de consolidar as conquistas do governo Lula, que levaram o país a viver um dos melhores períodos de sua história. Mas também é de mudanças, porque a crise global capitalista está mostrando ter recidivas variáveis e ser prolongada, causando mudanças importantes nos cenários internacionais.

A instabilidade global se acentuou, incluindo ameaças de novas guerras, além das já em curso, assim como de insurreições e conflitos de diferentes tipos. Portanto, já não se trata apenas de impedir que a crise jogue o país na recessão, mas de transformá-la numa oportunidade para acelerar a

transição, já iniciada pelo governo Lula, em direção a outro modelo econômico-social, configurando um forte mercado interno de massa, com uma agricultura que garanta a segurança alimentar e com uma indústria própria de cadeias produtivas completas ou quase completas, tendo por base um forte núcleo científico e tecnológico e um núcleo financeiro subordinado a tais objetivos.

A legitimidade e a prioridade das questões sociais, em especial as relacionadas com educação, saúde, saneamento, transportes públicos, emprego e moradia, exigem um esforço ainda maior do que o realizado pelo governo Lula para atendê-las.

O avanço mais rápido nos gargalos da infra-estrutura de saneamento, transportes, energia e moradia pode possibilitar um quase pleno emprego e a elevação substancial da produção e da produtividade agrícola e industrial. A satisfação dessas necessidades, por sua vez, pode permitir que os milhões de brasileiros que vivem em taperas, palafitas e outras habitações de risco permanente, ou nas ruas, tenham acesso a um teto digno, com condições ambientais saudáveis. E pode criar condições mais favoráveis para assentar centenas de milhares de trabalhadores que não têm terra para trabalhar.

Por outro lado, a elevação da produção e da produtividade agrícola e industrial deve impor um novo nível ao tratamento da questão ambiental. Não será fácil transformar o desenvolvimento econômico em parceiro ativo da evolução ecológica sem encaminhar a solução da questão fundiária, do zoneamento agrícola, do zoneamento florestal, do trata-

mento de poluentes e da emissão de gases, assim como do desenvolvimento científico e tecnológico.

Sem implantar um processo racional e sustentável do uso econômico do solo, das águas e das florestas, e sem fornecer soluções técnicas e científicas que permitam uma produção industrial limpa, dificilmente será possível estabelecer uma relação adequada entre a quantidade da população e a área do território, e combinar de uma forma mais equilibrada processos aparentemente antagônicos, como uma crescente produção agrícola e uma crescente urbanização e a proteção de florestas, mananciais, fauna etc.

No entanto, tanto a resolução dos gargalos do acesso à moradia digna, o tratamento da questão ambiental, assim como a implementação de um processo racional e sustentável de uso do solo, implicam, necessariamente, no enfrentamento do status que a propriedade da terra rural e urbana ainda gozam no país. Trata-se de implantar a reforma agrária e a reforma urbana, combater a especulação imobiliária, fazer cumprir efetivamente a função social da propriedade e da cidade estabelecidas no Estatuto das Cidades.

Delineados todos esses problemas, a serem resolvidos de forma mais intensiva do que foi possível ao governo Lula, torna-se evidente o salto a ser dado na educação e na saúde. Se estas não se transformarem em forças propulsoras do desenvolvimento econômico e social, corre-se o risco de enfrentar um impensável *apagão* de uma força de trabalho, tanto capacitada a responder ao desenvolvimento científico e tecnológico, quanto saudável a ponto de reduzir os custos públicos com doenças.

Neste sentido, impõem-se dois grandes desafios ao governo Dilma:

a) a consolidação da política pública universal de educação, com dupla ênfase: em primeiro lugar, no protagonismo político, no suporte técnico a Estados e municípios e no protagonismo financeiro (no caso do ensino técnico), visando a erradicar o analfabetismo, qualificar o ensino fundamental e médio, valorizar as universidades públicas federais e sua expansão com qualidade.

b) a ampliação e consolidação de política pública universal de saúde, conforme a Constituição Federal determina, por meio da efetivação do Sistema Único de Saúde (SUS).

Intenso protagonismo federal no campo político, técnico e, sobretudo, financeiro é imprescindível e inadiável para valorizar, ampliar e consolidar o SUS, e estancar as iniquidades e desigualdades hoje existentes no campo da saúde. Neste sentido, são requisitos para o aprimoramento e consolidação do sistema todas as iniciativas que viabilizem fonte sustentável e permanente de financiamento, que avancem na necessária reforma do Estado por meio de maior autonomia gerencial, gestão colegiada, valorização do trabalho em saúde e efetivo controle público com participação popular, e que, essencialmente, revertam a lógica de privatização da oferta de serviços e de precarização das relações de trabalho.

Em ambos os casos será necessário mudar orientações atuais e realizar ajustes, no sentido de enfrentar interesses pri-

vados que constituem fortes obstáculos à concretização dos direitos universais à educação e à saúde. Não somente os tradicionais grupos privados de ensino; não somente os grupos privados de medicina e os planos de saúde; mas também os grupos que privatizam o setor público de “dentro para fora”: tanto as fundações privadas auto-proclamadas “de apoio” a instituições públicas como as “organizações sociais” e “os-cips” criadas pelo PSDB.

Mais do que no período anterior, o novo governo deve enfrentar uma crescente resistência dos setores abertamente reacionários, dos conservadores reacionários, e dos pseudo-democratas, para os quais qualquer participação popular no governo e no poder cheira mal, e qualquer política exterior independente cheira a anti-americanismo.

A ação desses setores na campanha eleitoral e sua reação posterior à derrota mostram que eles não estão dispostos a qualquer trégua. Não admitem que a democracia seja consolidada e ampliada, com a presença crescente das camadas populares, a maioria da população brasileira, nas esferas do poder. Nem querem assistir impassíveis à continuidade da política de integração da América do Sul, de diversificação das parcerias internacionais do Brasil e de política soberana no processo de globalização.

A resistência dos setores conservadores reacionários e dos pseudo-democratas à ampliação da democracia e à conquista da cidadania plena se expressa, também, nas críticas que fazem à continuidade das políticas públicas de promoção da cidadania e de respeito aos direitos humanos, destinadas a combater o preconceito, a discriminação e promover

a igualdade entre todas as pessoas –independentemente de raça/etnia/cor, de gênero, de orientação sexual, de viverem com deficiência, e outros.

O desenvolvimento das forças produtivas, retomado pelo governo Lula com a participação de vários tipos de propriedade, permitiu que a burguesia se apropriasse de riquezas ainda maiores. Mas esse desenvolvimento também vem recompondo a força social dos trabalhadores, ampliando a participação dos micros e pequenos empresários e, associado às políticas sociais do governo, melhorando o padrão de vida das camadas populares que viviam abaixo e na linha da pobreza.

Nessas condições, a tendência natural é que essa recomposição da classe trabalhadora, a ampliação do capitalismo democrático e a melhoria do poder de compra das camadas pobres elevem as demandas desses setores populares e democráticos por novas melhorias econômicas e sociais, e por mais direitos políticos. O que tende a se chocar com o ritmo de acumulação de riquezas pela burguesia e contra as propensões antidemocráticas de seus setores mais reacionários e conservadores. O renascimento das lutas classistas pode colocar o governo Dilma diante de desafios diferentes dos enfrentados pelo governo Lula.

O governo de Dilma se verá confrontado por novos desafios. Eles virão tanto da necessidade de garantir o direito à luta dos trabalhadores e demais camadas populares, quanto da necessidade de opor-se às exigências conservadoras e reacionárias de reprimir e criminalizar tais lutas. Essas contradições não serão exclusivas do governo. Elas dizem respeito ainda ao PT

e a vários outros partidos da esquerda, no governo e fora dele. Talvez todos já estejam se vendo obrigados a levar em conta esses cenários futuros, tendo por base os acontecimentos do renascimento do submundo da política durante a campanha eleitoral, e também de algumas lutas emblemáticas, como a dos bombeiros do Rio de Janeiro e dos trabalhadores de Jirau.

Essa tomada de consciência das contradições principais durante o governo Dilma deve levar os partidos de esquerda a realizarem pelo menos dois movimentos indispensáveis. Primeiro, voltarem a se enraizar e nuclear no chão das fábricas e nas comunidades populares, de tal modo que possam sentir e medir o desenvolvimento das antigas e novas demandas populares e orientar tanto os movimentos sociais, quanto o governo, a enfrentar tais problemas como aliados e não como inimigos.

Segundo, buscarem uma agenda que os unifique nos embates dentro e fora do governo e do parlamento, para avançar na luta contra os inimigos comuns e evitar que a coalizão governamental se pautе principalmente pelos interesses da burguesia. Isso deve abranger temas como a questão cambial, o aperto fiscal e o método de enfrentamento da inflação, a reforma política, a reforma tributária, o financiamento da saúde e da educação, a reforma agrária, urbana e outras questões estruturais.

O governo Dilma, talvez mais do que o governo Lula, tenda assim a ser uma área de constante disputa, em que colaboração e conflito, unidade e luta, estarão permanentemente se revezando. Tudo isso parece exigir clareza tanto das oportunidades de manter a unidade quanto da necessidade de tra-

var a luta, com razão e com limite, tendo as questões sociais e nacionais, e o inimigo comum, como parâmetros principais. Praticar a política ao invés do voluntarismo continuará sendo essencial.

Portanto, bem vistas as coisas, o Brasil ainda tem um longo e duro caminho a percorrer. Tem necessidade de superar as dependências financeira, científica e tecnológica, que entorpecem o desenvolvimento das forças produtivas e, em consequência, o crescimento da riqueza nacional. Precisa não só reconstruir e reformar seu parque produtivo industrial, mas ampliá-lo de modo que torne o país um forte produtor de manufaturados e sejam superadas as desigualdades regionais. Precisa compatibilizar essa industrialização com a proteção e recuperação do meio ambiente. E precisa realizar uma redistribuição de renda que diminua substancialmente o fosso existente entre a renda dos mais pobres e a renda dos mais ricos, reduzindo a zero o número de pessoas que ainda vivem na miséria.

O governo Dilma, por mais que se esforce, não poderá promover a completa emancipação econômica das camadas mais pobres e excluídas da sociedade e construir uma sociedade igualitária.

O Brasil ainda necessitará de um tempo relativamente prolongado para desenvolver plenamente suas forças produtivas materiais, condição básica para criar as condições de atender às necessidades de toda a população.

Além disso, a construção de uma sociedade igualitária pressupõe a liquidação da apropriação privada dos produtos e

dos meios de produção, algo que não está colocado na ordem do dia, tanto por problemas de ordem política, quanto econômica. A política de crescimento com distribuição de renda pode reduzir, em alguma medida, o fosso existente entre pobres e ricos, mas não é possível transformar isso numa política de renda igualitária a curto prazo.

Em tais condições, os programas de transferência de renda, assim como a ênfase do governo Dilma na gestão desses programas, podem transformar-se em políticas públicas que aprofundem o processo de educação, participação, organização e mobilização dos beneficiários. Tudo de forma que tais beneficiários ganhem consciência de que estão conquistando direitos, e não benesses, e se conscientizem da necessidade de continuar lutando para elevar-se econômica e socialmente. Apenas desse modo, o combate à pobreza e a erradicação da miséria se transformarão numa luta de massas e poderão ganhar uma dimensão política. O que depende, por outro lado, da ação política do PT e dos partidos de esquerda no processo da organização e mobilização dessas bases sociais.

Paralelamente, a luta contra a pobreza não pode se basear estritamente nos programas estatais de transferência de renda. Seu foco principal precisa ser o desenvolvimento e o crescimento econômico com a geração de empregos. A prática tem mostrado que, mesmo com um crescimento relativamente pequeno, foi possível gerar alguns milhões de empregos. No caso, não se trata apenas do fato de a renda gerada pelo emprego dar ao trabalhador uma consciência de que não está recebendo uma esmola, mas que tal renda é resultado de seu trabalho despendido. Trata-se também do

fato de que, ao participar da relação direta capital-trabalho, o trabalhador passa a experimentar as condições objetivas necessárias para que ganhe consciência das iniquidades do sistema capitalista e de sua situação de classe.

Para dar longevidade ao atual ciclo de crescimento será necessário garantir a estabilidade. Embora deva haver especial atenção à estabilidade de preços, o ciclo de crescimento econômico só continuará avançando se também houver estabilidade e desenvolvimento social e político. Portanto, torna-se necessário seguir eliminando tanto as travas que inibem o dinamismo econômico, quanto as que inibem a redistribuição da renda, o acesso democrático à propriedade, a ampliação do poder de compra dos mais pobres, e a participação popular nos assuntos de governo.

A capacidade empreendedora do povo só será plenamente aproveitada se o governo, realmente, souber combinar de forma relativamente isonômica a grande empresa com os pequenos empreendimentos locais, e o *agronegócio* com a agricultura familiar. Essa dosagem não é fácil nem simples, especialmente se nosso propósito é quebrar a hegemonia do grande capital. Mas ela é a garantia possível para combinar a oferta de produtos de alto valor agregado com produtos bons e baratos, e de *commodities* exportáveis com uma oferta ampla de alimentos.

Essa combinação é a garantia de que a produção pode ser um instrumento superior aos juros para manter a estabilidade de preços e conter as pressões inflacionárias. O que demanda tanto a inadiável implementação de um conjunto de medidas que modernize o sistema tributário, tornando-o

mais simples e mais racional, quanto a aplicação de um conjunto de medidas que permita a multiplicação das micros e pequenas unidades produtivas industriais e das unidades de agricultura familiar.

No entanto, a expansão da economia formal apresenta problemas diversos para a completa absorção da força de trabalho disponível. O capital tende a investir cada vez mais em tecnologias poupadores de mão de obra, de modo a elevar sua competitividade no mercado. E a força de trabalho, para ser aproveitada em empresas de médias e altas tecnologias, precisa de uma formação geral e técnica mais qualificada, o que erige uma barreira intransponível para os trabalhadores não-qualificados. Nesse contexto, o governo Dilma será objetivamente pressionado não só a se voltar para a ampliação das micros e pequenas empresas, das empresas solidárias e cooperadas, e das economias agrícolas familiares, mas também para multiplicar os cursos de capacitação e formação profissional.

Em tais condições, a criação do Ministério da Microempresa não tem, nem pode ter por objetivo pretender que os miseráveis se tornem microempresários. Ambos podem e devem apoiar uma extensa camada empresarial pequeno-burguesa, urbana e rural, já existente no Brasil. Essa camada é responsável por um substancial número de empregos, nem sempre com carteiras assinadas, e pode ampliar suas atividades e sua capacidade de criação de postos de trabalho, desde que tenha o apoio desses órgãos governamentais.

Historicamente, essas empresas sofriam não só a concorrência das grandes empresas, mas também o tacionamento do Estado,

através de uma legislação feita para proteger somente aos grandes empresários. Mudanças na legislação e o fortalecimento Ministério de Desenvolvimento Agrário durante o governo Lula e a perspectiva Ministério da Microempresa no governo Dilma, podem favorecer o funcionamento formal desse setor de pequenos capitalistas, criando condições para que o setor se amplie e intensifique tanto a produção industrial e agrícola, neste caso principalmente de alimento, quanto a geração de empregos.

No caso específico do Ministério do Desenvolvimento Agrário, uma de suas questões principais consiste no avanço do *agronegócio* sobre a agricultura familiar. Nos últimos oito anos, apesar de todo o esforço do governo Lula, a agricultura familiar vem sendo paulatina e firmemente engolida pelo desenvolvimento do *agronegócio*. Não se trata, no caso, apenas de ter pena daquelas famílias cujas terras foram expropriadas por dívidas bancárias ou outras e, em consequência, re-apropriadas pelo *agronegócio*. Trata-se também de levar em conta as parcelas de agricultura familiar que estão sendo arrendadas a grupos capitalistas do *agronegócio* para a produção de cana, soja e outras *commodities* exportáveis.

Muitas famílias agrícolas podem até estar numa boa situação na condição de *rentistas*, mas os problemas que se colocam são o da segurança alimentar, assim como da inflação que pode advir de uma oferta muito inferior à demanda, a exemplo da que está ocorrendo desde o final de 2010. Em termos concretos, o *agronegócio* produz mais de 80% dos produtos agrícolas brasileiros, enquanto a agricultura familiar é responsável por cerca de 20%. Porém, quase 100% da produção do *agronegócio* é voltada para *commodities* que têm pouco

peso na oferta alimentar. A agricultura familiar é obrigada, portanto, a sustentar sozinha a oferta de alimentos.

Se a lógica do *agronegócio* continuar se impondo, mesmo que seja em termos estritamente econômicos, com o abandono do antigo e malfadado sistema extra-econômico da grilagem, a oferta alimentar corre perigo de redução. E a idéia de que o Brasil pode aproveitar suas condições de solo, água e clima, para confirmar seu status de celeiro do mundo, certamente naufragará.

Para evitar que essa tendência de redução das famílias produtoras de alimentos continue se impondo não bastam benefícios tributários e créditos, embora estes sejam fundamentais. É preciso apoiar efetivamente o processo de comercialização dos produtos, evitando que as famílias agrícolas realizem a dupla missão de produzir e comercializar, ou de produzir e vender a preços vis a atravessadores. É preciso fazer com que os serviços de extensão rural apoiem a cooperação agrícola no processamento daqueles tipos de alimentos que podem ser industrializados, a exemplo das frutas. E ajudar as famílias agrícolas a elevarem sua produtividade e produzirem a custos mais baixos, assim como a ampliação e fortalecimento das políticas de sustentação de preços e garantia de renda. O modelo de produção baseado em insumos externos a pequena propriedade gera um balanço energético negativo e transferência de renda ao grande capital industrial e financeiro. É necessário reconhecer e fortalecer as experiências de modelos sustentáveis e baseadas nos princípios da agroecologia para a agricultura familiar e povos e comunidades tradicionais. Os circuitos locais de produção e abastecimento alimentar devem ser priorizados, favorecendo o desenvolvimento local

e regional. Políticas públicas diferenciadas para a juventude rural e as mulheres trabalhadoras do campo devem ser fortalecidas e ampliadas. O envelhecimento do meio rural é crescente, os jovens têm que ter acesso a educação, comunicação, lazer e renda, para continuarem no meio rural. As políticas de custeio, investimento e de renda, devem ser ampliadas para as trabalhadoras rurais.

Neste caso também é preciso tratar da reforma agrária, ou do assentamento dos camponeses que continuam sem terra para produzir, como uma questão estratégica. Com cerca de 100 milhões de hectares, ou mais, de terras mal aproveitadas, o governo Dilma pode agir rapidamente para ampliar a produção de alimentos, assentando os 2 milhões a 3 milhões de sem-terra. Com isso, e com as medidas complementares de apoio, pode evitar a escassez desses produtos, baixando seus custos e impedindo que os alimentos sejam o vilão do aumento da inflação.

O governo precisa ter em alta conta que, ao promover a expressiva mobilidade social que ocorreu nos dois mandatos do presidente Lula, ele elevou a pressão sobre a produção alimentar a um nível que talvez não tenha dimensionado adequadamente. Ao buscar efetivar o compromisso do governo Dilma, de não descansar enquanto houver brasileiro sem alimento na mesa, superando a pobreza que ainda existe, envergonha nosso País e impede nossa afirmação plena como povo desenvolvido, faremos com que a pressão sobre os alimentos dê um novo salto.

Outra forma de ampliar a oferta de empregos e proporcionar mais renda aos trabalhadores e aos pobres, devendo também

merecer mais atenção do governo Dilma, reside em estimular a criação e o desenvolvimento de cooperativas e empresas solidárias, cuja organização difere substancialmente tanto das grandes quanto das microempresas capitalistas.

Essas são organizações produtivas proto-socialistas, idênticas às criadas por Owen, na Inglaterra do século 19, que podem representar instrumentos importantes na geração de trabalho e renda e se tornar escolas de socialismo. Os trabalhadores que deram início a esse movimento no Brasil, durante a quebraadeira do período neoliberal, colocando em funcionamento e reerguendo fábricas capitalistas falidas, demonstraram que são capazes de realizar a gestão da produção e participar do próprio mercado capitalista com sucesso.

Microempresas, agricultura familiar e economia solidária não são excludentes e podem desempenhar papel importante na geração de empregos, na formação de setores intermediários capitalistas e socialistas, e devem merecer atenção do governo em seu desenvolvimento. No entanto, elas dificilmente vão conseguir re-qualificar, na rapidez necessária, os trabalhadores urbanos, que ficaram defasados durante a quebraadeira neoliberal, assim como as camadas pobres e miseráveis, principalmente rurais, que jamais tiveram acesso a qualquer treinamento ou emprego formal. O governo Dilma terá que dar atenção especial, durante um bom tempo, à criação de cursos de formação e treinamento profissional. Se essa combinação for realizada, talvez seja possível eliminar a situação de extrema pobreza, em que ainda se encontram 13 milhões de pessoas e avançar na redução da pobreza das outros 40 milhões que vivem nessa situação, mesmo que uma boa parte delas não tenha um emprego formal, com carteira assinada.

Somente com mudanças tributárias, fiscais, econômicas, sociais e políticas, em grande parte ainda de caráter democrático-burguês, o governo Dilma poderá garantir, aos que melhoraram de vida, que eles possam alcançar mais, e provar aos que ainda lutam para sair da miséria que eles podem mudar de vida e de patamar.

Por outro lado, o governo não pode deixar de levar em conta o papel dos grandes industriais, do *agronegócio* e dos grandes exportadores, mesmo tendo em conta que a lógica de crescimento desses setores do capitalismo é contrária ao desenvolvimento da agricultura familiar, das microempresas capitalistas e da economia solidária. Para isso será necessário eliminar a guerra fiscal, estimular a criação de zonas de desenvolvimento e de processamento de exportações e reformular a Zona Franca de Manaus, como primeiro passo para rever profundamente a política de comércio exterior e voltar a aumentar a participação de manufaturados em sua pauta, participação que só pode se elevar com a intensificação da industrialização.

Portanto, mesmo compreendendo que as grandes unidades capitalistas, industriais, agrícolas e comerciais desempenham um papel importante no desenvolvimento das forças produtivas e no balanço das exportações, o governo Dilma terá que realizar um esforço ainda maior do que o já feito para superar a atual secundarização da agricultura familiar, da microempresa e da economia solidária. Mesmo porque, quando os cerca de 40 milhões de brasileiros, que continuam a comer só uma vez por dia, ou menos do que isso, tiverem condições de comer três vezes ao dia e comprar outros bens, além dos alimentos, será imperdoável enfrentar uma crise de oferta por falta de atenção a esses setores de baixa tecnologia e baixa composição de capital.

Também não pode ser negligenciado o desenvolvimento da infra-estrutura capaz de dar ao Brasil as condições de se tornar uma potência industrial. O que impõe ao governo Dilma buscar definir qual o papel da grande burguesia nesta questão.

Nas atuais condições do Brasil, o Estado e a burguesia (ou seja: o capital estatal e o capital privado), são os únicos que possuem a capacidade de realizar essa missão histórica, seja através dos recursos gerados no próprio Brasil, seja por meio da atração de investimentos diretos estrangeiros.

A elaboração e execução de uma política industrial efetiva, que adense as cadeias produtivas estratégicas, incluindo aí a correspondente infra-estrutura de energia, transportes e comunicações, e o desenvolvimento de setores de altas e novas tecnologias, como microeletrônica, em especial chips, nanotecnologia, biotecnologia, fármacos, novos materiais e aeronáutica, é não só um dos principais desafios estratégicos do governo Dilma, mas também tático.

Para atender a esse desafio, o governo terá que se guarnecer de reservas soberanas efetivas, a salvo das fugas do capital especulativo, em geral superiores aos ingressos, seja de capitais de curto prazo, seja de capitais direcionados para investimentos diretos. O Brasil diminuiu sua vulnerabilidade externa, ao alcançar reservas internacionais de 300 bilhões de dólares e reduzir a dívida externa pública. No entanto, a dívida privada aumentou, e os 350 bilhões de dólares em investimentos estrangeiros em carteiras de curto prazo podem sair rapidamente do país, com capacidade de criar uma crise.

Tendo isso em consideração, o governo Dilma precisa se libertar da dependência dos financiamentos dos rentistas nacionais e internacionais, que exploram essa subordinação impondo juros obscenos à sociedade. O que pode ser feito através da formação de outro tipo de superávit fiscal, que não se contraponha aos investimentos produtivos nem a ampliação dos investimentos sociais, mas que se baseie na recompra dos títulos da dívida pública atualmente em mãos do mercado financeiro.

Essa é a perspectiva aberta pela descoberta das reservas do Pré-Sal e pela possível participação de outras estatais no mercado internacional, a exemplo das elétricas, dos bancos e de outras unidades de alta tecnologia. Não é por acaso que a mídia conservadora tentou impedir a regulação soberana das reservas do Pré-Sal e vai tentar impedir a internacionalização de outras estatais. Os investimentos no Pré-Sal e a capacidade multiplicadora das empresas estatais se tornaram a pedra de toque de uma virada na capacidade de investimento do Estado, importante para que o governo Dilma possa expandir a base social e política deixada pelo governo Lula.

Um balanço dos primeiros seis meses

Avaliamos de maneira crítica os seis primeiros meses de governo Dilma: erros na composição do governo; concessões desnecessárias ao grande capital; inflexões incorretas na política externa, de comunicação, de cultura, no financiamento da saúde; titubeios nos direitos humanos.

Consideramos que estes erros, concessões e inflexões são em grande medida decorrência do que assistimos na campanha

eleitoral: desde o papel conferido ao PMDB, passando pela linha de campanha e pela ausência de programa.

Defendemos uma correção, tanto em políticas quanto no método de gestão, sob pena de vivermos um cenário semelhante ao de 2003-2004: equívocos políticos resultando em derrota nas eleições municipais, incidindo negativamente nas eleições gerais de 2012.

A ausência de um plano estratégico compatível com as necessidades, somada às circunstâncias conjunturais e aos problemas herdados, está levando à continuidade das concessões ao capital financeiro e ao grande capital privado; e está abrindo espaço para que a direita oposicionista, somada a direita da coligação governista, nos derrotem em 2012.

O problema de fundo é de estratégia. Reafirmamos o que já havíamos apontado quando da polêmica sobre o programa da campanha em 2010. Falta clareza sobre as diferenças de cenário, entre este e o anterior governo. É preciso deduzir as conseqüências adequadas do slogan da campanha: para dar continuidade e aprofundar as conquistas do governo anterior, é necessário mais força política e são necessários mais recursos à disposição do Estado: reforma política, democratização da comunicação e reforma tributária. Portanto, é preciso mais enfrentamento político e ideológico, com o grande capital privado, com a grande mídia e com os partidos de direita. Assim como é necessário mais partido e mais luta social.

